

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS DEPARTAMENTO DE
JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

CRISLEN BATISTA MACHADO

A CHACINA DO JACAREZINHO:
uma análise dos enquadramentos da cobertura feita
pelo Jornal Nacional

Monografia

Mariana

2022

CRISLEN BATISTA MACHADO

A CHACINA DO JACAREZINHO:
uma análise dos enquadramentos da cobertura feita
pelo Jornal Nacional

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profª Drª Hila Rodrigues

Mariana

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M149c Machado, Crislen Batista.

A Chacina do Jacarezinho [manuscrito]: uma análise dos enquadramentos na cobertura feita pelo Jornal Nacional. / Crislen Batista Machado. - 2022.

65 f.: il.: color., tab.. (Série: 1)

Orientadora: Profa. Dra. HILA RODRIGUES.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

ISBN: 1.

ISSN: 1.

1. Jornal Nacional (Programa de televisão). 2. Favelas - Rio de Janeiro (RJ). 3. Telejornalismo. 4. Televisão - Programas. 5. Violência policial. I. RODRIGUES, HILA. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 659.3

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Crislen Batista Machado

A chacina do Jacarezinho: uma análise dos enquadramentos feitos pelo Jornal Nacional

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovada em 27 de outubro de 2022

Membros da banca

Prof(a). Dr(a). Hila Rodrigues - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof(a). Dr(a) Adriana Bravin (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof(a). Dr(a) Agnes Francine de Carvalho Mariano (Universidade Federal de Ouro Preto)

Hila Rodrigues, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/11/2022



Documento assinado eletronicamente por **Hila Bernardete Silva Rodrigues, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/11/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0429121** e o código CRC **A2C1F81E**.

Dedico este trabalho à minha mãe, exemplo
de força e resiliência.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, exemplo de força, coragem e resiliência, pessoa que me inspira diariamente a seguir, de cabeça erguida, diante dos desafios. Às minhas irmãs e aos meus irmãos, que tanto me apoiaram para que eu pudesse estar aqui. Às minhas sobrinhas Camilly e Helena, e ao meu sobrinho Davi, crianças que me incentivam a ter fé e esperança. Ao Júnior, pela parceria e carinho, desde o primeiro dia em que cheguei à Mariana.

Ao curso pré-vestibular Educafro, Ipatinga – Núcleo Atitude, que me ensinou infinitamente mais do que aquilo que poderia “cair no ENEM”. À república Taqueupa, que me acolheu e me possibilitou viver com tantas pessoas queridas e às políticas de assistência estudantil, que me permitiram permanecer na Universidade.

Às minhas professoras e meus professores do ICOSA, que muito contribuíram na construção de conhecimentos e afetos. À minha orientadora, Hila Rodrigues, pela parceria, paciência e zelo na elaboração deste trabalho. A todas, todos e todes que fazem da Universidade Federal de Ouro Preto um exemplo de ensino público de qualidade.

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”

As veias abertas da América Latina
(Eduardo Galeano)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os enquadramentos produzidos pelo Jornal Nacional em um momento específico da realidade brasileira: a Chacina do Jacarezinho. A partir das reflexões aqui apresentadas, visamos fomentar discussões a respeito do impacto social do JN e da rede Globo no cotidiano dos brasileiros a partir da construção de narrativas e escolhas de enquadramentos. Neste trabalho, as noções de enquadramento jornalístico na mídia e as representações da segurança pública no Brasil são importantes pontos em debate. A análise dos enquadramentos adotados pelo Jornal Nacional nas seis edições aqui abordadas revelou a construção de uma narrativa que contribui para intensificar a marginalização das vítimas da violência policial.

Palavras-chave: Enquadramento; Telejornalismo; Jornal Nacional; Violência policial; favela do Jacarezinho

ABSTRACT

This research aims to analyze the frames produced by Jornal Nacional at a specific moment in the Brazilian scenario: the Jacarezinho massacre. Based on the reflections presented here, we aim to discuss the social impact of JN and Rede Globo on the daily lives of Brazilians through the construction of narratives and choices of framing. In this work, the notions of journalistic framing in the media field and the representations of public security in Brazil are important issues in debate. The analysis of the frameworks adopted by Jornal Nacional in the six editions covered in this study revealed the construction of a narrative that contributes to intensifying the marginalization of victims of police violence.

Keywords: Framing; Television journalism; Jornal Nacional; Police violence; Jacarezinho favela

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Quarto após um assassinato - SILVIA IZQUIERDO (AP), 2021...	25
FIGURA 2 - Corpo carregado por policiais - RICARDO MORAES (REUTERS), 2021.	26
FIGURA 3 - Jornal Nacional - Edição: 8 de maio de 2021...	29

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística

JN - Jornal Nacional

PC - Polícia Civil

FGV - Fundação Getúlio Vargas

RJ - Rio de Janeiro

SP - São Paulo

PSB - Partido Socialista Brasileiro

MP - Ministério Público

PL - Partido Liberal

CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ENUNCIAR OS FATOS OU EXPLICAR A CAUSA? – AS POSSIBILIDADES NARRATIVAS DA COBERTURA MIDIÁTICA SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL NAS FAVELAS	13
2.1 O jornal como porta-voz das fontes oficiais	15
2.2 A mídia como mediadora: entre o preconceito e a condescendência	18
2.3 A teoria do enquadramento refletida na cobertura midiática do Massacre no Jacarezinho no JN...	20
3 JACAREZINHO: MAIS UMA CHACINA	24
3.1 A descrição do episódio em si	24
3.2 O retrato do massacre do Jacarezinho no JN...	26
3.3 A realidade da violência e o emolduramento midiático	29
3.3.1 A violência no Rio de Janeiro como metáfora do Brasil	32
3.3.2 Os estigmas da favela	35
4 PERCURSO METODOLÓGICO	40
4.1 A cobertura e os enquadramentos	40
4.2 Descrição do quadro	46
4.3 Exercícios analíticos	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6 REFERÊNCIAS	55
7 APÊNDICE	58

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os enquadramentos produzidos pelo Jornal Nacional ao longo dos dias de cobertura do massacre do Jacarezinho, em maio de 2021. As abordagens e perspectivas examinadas dizem respeito não somente ao fato isolado da chacina, mas também a complexos problemas estruturais brasileiros retroalimentados pela mídia tradicional, em especial pela Rede Globo de Televisão. Além de nos dar indícios sobre a fragilidade das regiões periféricas diante do modelo de segurança pública brasileiro, o estudo trata de como as ações policiais nessa área têm sido trabalhadas por um dos principais programas noticiosos da emissora.

O tema proposto é relevante não apenas por ser atual, mas por estar inserido em um contexto de pandemia agregado às crises política e econômica que têm provocado manifestações frequentes em defesa da vida de pessoas pretas e faveladas – que, entre outros muitos segmentos sociais, têm sido vítimas de violências de toda ordem, inclusive violência policial. Realizar essa análise crítica a respeito da construção das notícias veiculadas pelo telejornal mais assistido no país sobre o massacre do Jacarezinho implica em fomentar a discussão sobre as formas possíveis de se fazer jornalismo no cenário atual, considerando os critérios de noticiabilidade empregados e as responsabilidades do jornalista nos processos de apuração, construção e divulgação das notícias. O debate é importante para compreendermos as particularidades e motivações do Jornal Nacional – e, em certa medida, da emissora – diante dos problemas que afetam os grupos marginalizados.

A cobertura midiática a respeito das crises da segurança pública nacional é marcada por frágeis critérios de noticiabilidade que comprometem a produção de notícias. Ramos e Paiva (2007) observam que, de uma maneira geral, é comum que na redação tradicional a pauta esteja de acordo com a linha editorial dos veículos. E, não raras vezes, esses veículos privilegiam a cobertura de acontecimentos relacionados aos bairros nobres das cidades, onde estão concentrados seus leitores. As pautas relacionadas a comunidades marginalizadas têm pouco interesse jornalístico, a não ser nos casos baseados em tragédias e violências – que costumam chamar a atenção da audiência. Ou seja, o fato ganha relevância “só acima de 12 mortos” (RAMOS; PAIVA, 2007, p.79).

A realidade dessas comunidades marginalizadas é, portanto, negligenciada. Aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos são deixados de lado, e o que vira notícia é a barbárie. Contar apenas os aspectos relacionados à violência nas favelas contribui para a

construção de ideias estigmatizadas sobre seus moradores e modos de vida. Esse é, segundo Ramos e Paiva, um dos poucos consensos encontrados na pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). O levantamento que reuniu depoimentos de profissionais que reconhecem que os seus veículos “têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 77).

Partindo de um ponto de vista similar, Matos (2009) retoma a *teoria do newsmaking* para abordar o processo de construção das notícias e a maneira como o jornalismo contribui para a criação de certas realidades a partir de recortes particulares e da composição de narrativas que oferecem aos seus consumidores versões muito específicas sobre os acontecimentos. O autor sugere, ainda, a ideia da existência de uma co-autoria, pois cabe ao consumidor das notícias interpretá-las a partir de um imaginário pré-construído.

Alguns pesquisadores observam, ainda, que a forma atual como são tratadas as crises de segurança pública em favelas do Brasil parece fundada em conceitos socioculturais limitantes, como a discriminação racial, por exemplo. No século XX, os morros e favelas eram representados como locais perigosos e “refúgio de criminosos” (ROCHA, 2017, p. 10). O termo “favelado”, entretanto, não se esgota na situação geográfica. Soma-se a isso a situação de pobreza e subordinação. Logo, o favelado é “duplamente estigmatizado”, segundo Gondim (1982). Portanto, o conceito de hegemonia no jornalismo, que determina, conscientemente ou não, construções narrativas que atuam para a manutenção do *status quo*, privilegia certos aspectos da notícia em detrimento de outros. Além disso, “evidenciam as ações de determinados agentes, minimizando outros, tornando-os, por vezes, sem relevância” (FERREIRA; MOURA, 2020, p. 434).

Isto posto, caminha-se para a análise da cobertura feita pelo Jornal Nacional da Rede Globo – e para os processos relacionados à estigmatização das pessoas faveladas envolvidas nos fatos noticiados. A análise compreende as edições dos dias 6, 7, 8, 10, 11 e 13 de maio de 2021. Recorreu-se, inicialmente, à obra intitulada *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*, de autoria de Silvia Ramos e Anabela Paiva. O livro é resultado de uma ampla pesquisa feita com profissionais da imprensa de diversas áreas e demonstra como é a cobertura jornalística de fatos ocorridos em favelas do país.

Na sequência, são retomados elementos que se articulam aos conceitos de enquadramento trabalhados por Goffman, Entman, Park e, em especial, Porto. Assim, a pesquisa toma os enquadramentos como marcos interpretativos construídos socialmente – e que permitem às pessoas produzir sentido a partir de determinados eventos e situações

sociais. Por isso o exame da cobertura se dá, aqui, a partir da construção e sistematização de quadros que informam elementos centrais para a análise, tais como *edição (data)*, *duração da reportagem analisada*, *lead*, *escalada*, *representação da morte*, *vocábulos/qualificações empregados pelo jornal*, *vocábulos/qualificações empregados pelos representantes do estado*, *vocábulos/qualificações empregados por representantes populares e fechamento da matéria*. Esse desenho permitiu uma análise a partir da visualização de aspectos relevantes no processo de construção narrativa feita pelo telejornal.

Sempre em torno desse eixo, o trabalho foi estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, segue-se o segundo capítulo, que discute as possibilidades de construção narrativa midiática sobre a violência em favelas, considerando as concepções presentes no trabalho de Ramos e Paiva no livro elaborado a partir da pesquisa feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). Agrega-se a isso uma discussão sobre as fontes acionadas pelo telejornal e como essas escolhas influenciam na composição das reportagens, pois, como aponta Matos (2009), mesmo diante da ideia de polifonia, há o destaque de uma ou mais posições.

No terceiro capítulo são acionados elementos fundados na discussão teórica dos enquadramentos e na forma como o JN retratou a chacina. Há também um resgate histórico sobre a violência no Brasil, em especial no Rio de Janeiro e nas favelas cariocas, e a descrição do episódio em si – assim como das pessoas envolvidas e do local. Aborda-se, ainda, o acionamento das fontes e o padrão de escolhas narrativas.

Já o quarto capítulo é composto da descrição das edições e do exame dos enquadramentos a partir dos elementos acionados no quadro analítico (APÊNDICE), de modo a permitir a identificação das escolhas do JN para a construção das notícias a respeito da chacina. A pesquisa evidencia que a emissora partiu de enquadramentos singulares para trabalhar um padrão hegemônico de construção de notícias que estigmatizou a população pobre e preta da favela do Jacarezinho.

Espera-se que esta pesquisa contribua para os debates sobre a função dos enquadramentos jornalísticos na cobertura de segurança pública, especialmente diante das disputas de narrativas instauradas no Brasil dos últimos anos.

2 ENUNCIAR OS FATOS OU EXPLICAR A CAUSA? – AS POSSIBILIDADES NARRATIVAS DA COBERTURA MIDIÁTICA SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL NAS FAVELAS

A cobertura midiática sobre segurança pública nunca teve o tratamento adequado, de acordo com o sociólogo Cláudio Beato. Para o pesquisador, ao contrário de temas como política, economia, educação, cultura ou ciência, a cobertura das crises na segurança pública é uma área que não conta com muitos jornalistas especializados. Da mesma forma, o autor ainda pontua que policiais, juízes e promotores raramente são formados em criminologia e áreas afins, o que corrobora para a manutenção de preconceitos que pouco contribuem para o entendimento profundo da questão.

Soma-se a isso concepções como a de Ramos e Paiva (2007), que, com base no depoimento de um diretor da sucursal de um grande jornal da mídia tradicional, observam que os assuntos que envolvem segurança pública, para que tenham destaque na mídia, devem se encaixar em critérios de noticiabilidade que favorecem casos envolvendo pessoas ricas, em detrimento da população periférica – que só se faz relevante para os noticiários em contextos trágicos.

A escolha das pautas se baseia na linha editorial dos veículos que, na maioria dos casos, privilegia a cobertura de bairros nobres das cidades onde estão concentrados seus leitores. É o que destaca o diretor da sucursal Rio de um grande jornal. “O pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha [localizada em zona nobre do Rio], o jornal dá a maior importância do mundo. É alto de página em todos os jornais; isso é ponto pacífico”, explica. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 79)

Em conformidade com a teoria do newsmaking, proposta pela socióloga Gaye Tuchman, que sugere que o jornalismo atua na formação da realidade por meio de construções narrativas, é possível pensar em como a mídia pode ser responsabilizada pela promoção e manutenção de estigmas que associam moradores de favelas à criminalidade. Matos (2009) assinala que essa perspectiva está relacionada a processos de recortes seletivos da realidade:

Com base nestes pressupostos, pode-se afirmar que a construção discursiva do jornalismo oferece-nos modos seletivos de ver a realidade através de processos de seleção, hierarquização e de uma gramática midiática que se diferencia em cada suporte, seja através do aparelho de tv, do receptor de rádio, do jornal impresso, do computador, da revista. Contudo, independentemente do suporte, o discurso jornalístico caracteriza-se sobretudo pela capacidade de recortar e reunir em seu interior “pedaços” do mundo, versões sobre acontecimentos. Trata-se do exercício

permanente da promessa que pretende realizar a devolução da realidade aos sujeitos. (MATOS, 2009, p. 71)

Parcela expressiva dos estudos de jornalismo apontam que a cobertura de segurança pública no Brasil evoluiu nos últimos anos, embora o papel da mídia como “construtora de realidades” nesse campo deva ser pensado criticamente. O livro *Mídia e violência* (2007), por exemplo, mostra o início de uma nova fase no século XXI quando discute a reformulação editorial ocorrida em 2006 no Jornal o Povo, do Rio de Janeiro, e o fechamento, em 2001, do jornal Notícias Populares, de São Paulo, ambos conhecidos pelo investimento em notícias policiais. A obra mostra que as mudanças implementadas, mesmo que significativas, ainda não asseguram às páginas dedicadas à cobertura da criminalidade a mesma qualidade observada em outras editorias, como observam Ramos e Paiva:

Se é fácil reconhecer o caminho já percorrido pela imprensa brasileira, também está claro que a cobertura de segurança pública e criminalidade ainda precisa dar um salto de qualidade para se equiparar aos temas economia e internacional, por exemplo. Isto só será atingido quando os veículos de mídia decidirem planejar e investir no aprofundamento da questão, hoje um dos temas centrais que mobilizam profundamente os leitores do país (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 21).

Para os autores, o fato é que, ao dar mais visibilidade aos grandes crimes ocorridos, a mídia usa timidamente sua “capacidade de pautar o debate público”, fato que corrobora para a manutenção do *status quo*. O aperfeiçoamento desse tipo de cobertura exige a busca por fontes variadas, pesquisa aprofundada do tema e até mesmo editoriais destinados a temas específicos nesse campo (idem, p. 25).

Na pesquisa feita pelo CESeC profissionais da imprensa, editores de todo o Brasil, relataram não ter ou ter em pouca quantidade repórteres moradores de comunidades que, minimamente, dialoguem com a rotina nesses ambientes. A cobertura para além da violência é, assim, comprometida – apesar de serem as favelas ambientes ricos em diversidade, cultura e histórias, entre outros aspectos. Editores e repórteres dessa pesquisa admitiram trabalhar em redações pouco diversas, e também assumiram sua parcela de responsabilidade nesse processo:

O mea culpa da imprensa pela cobertura estigmatizante que realiza sobre favelas e periferias é um dos poucos consensos encontrados na pesquisa do CESeC. A maioria dos profissionais ouvidos reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência. Ao mesmo tempo, admite que a população dessas comunidades raramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade. A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores desses locais aparecem muito pouco em jornais e revistas, especialmente quando se considera o imenso número de

reportagens e notas sobre operações policiais, tiroteios, invasão, execuções etc. (RAMOS; PAIVA, 2007, p.77).

Desta forma, a associação desses territórios à violência é iminente. Oculta-se a pluralidade existente ao exibir, quase majoritariamente, cenas de violência. Assume-se, portanto, a existência de um estado maniqueísta, onde há uma disputa simbólica e material pelos espaços e, acima de tudo, pela valorização desses espaços. Matos (2009) trabalha a ideia de co-autoria, na qual todo esse processo de comunicação também depende do receptor e da interpretação que este faz sobre o recorte da realidade apresentado em formato de notícia. “Com efeito, sabemos que o discurso jornalístico, como qualquer outra forma discursiva, opera a partir de um imaginário já constituído, aquilo que alguns autores definem como o “pré- construído”, o “já-lá”, o “repertório” ou ainda o “já-dito” (MATOS, idem, p.101).

É possível concluir, portanto, que há um processo de retroalimentação baseado na ampla divulgação de incompreensões, que contribuem para a manutenção de uma sociedade dividida entre o asfalto e a favela, o pobre e o rico, o branco e preto.

2.1 O jornal como porta-voz das fontes oficiais

A cobertura sobre a chacina na favela do jacarezinho, no Rio de Janeiro, estendeu-se por muitos dias. Vale lembrar que em alguns veículos de comunicação ela foi feita de forma superficial e perdeu força rapidamente. Entretanto, no Jornal Nacional o caso foi noticiado por uma semana em uma série de reportagens que contou com imagens produzidas pelo jornal e pelos moradores da comunidade.

Apesar de abordar a perspectiva dos moradores, os termos *bandidos* e *criminosos* foram muito usados para identificar pessoas que fugiam e se escondiam da polícia. Por outro lado, os agentes tiveram respaldo em suas ações devido a um mandado expedido em função da suspeita de aliciamento de menores ao tráfico de drogas.

Essa ação resultou em extermínio e a história foi contada pelos jornais do Brasil e do mundo¹. As imagens divulgadas foram suficientes para ilustrar parte do problema relacionado à segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Embora chocante, a chacina ocorrida não foi ocasional. Um exame mais minucioso da sequência de acontecimentos relatada demonstra

¹ Mais detalhes na matéria *Imprensa internacional destaca operação policial que deixou 25 mortos no Jacarezinho* publicada pelo site do g1.com em 6 de março de 2021, disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/imprensa-internacional-destaca-operacao-policial-que-deixou-25-mortos-no-jacarezinho.ghtml>> (acesso em 30 nov 2021).

uma abordagem marcada pela lógica da marginalização, da exclusão e do extermínio dos grupos de pessoas que compõem as favelas cariocas. Em resumo, considerando o plano social, o que se vê é a representação de uma cidade em plena guerra – o que cria um estigma relacionado aos moradores das favelas, como se todos os moradores daquele lugar tivessem, necessariamente, ligação direta com os traficantes. Outro detalhe é que as ações da política na periferia, não raras vezes, são interpretadas por parte da sociedade como necessária.

A truculência da ação no país somou-se a outros fatores que sinalizam para um agravamento da situação: o fato de o episódio ter ocorrido em um ano marcado pela pandemia – marcada pelo isolamento social, por altas taxas de infecção, pela morte de pessoas marginalizadas², e pela decisão do STF de suspender as ações policiais em favelas. Ainda assim, houve quem defendesse os atos da polícia, como o vice-presidente da república, o General Hamilton Mourão, que disse em entrevista: “Tudo bandido! Entra um policial numa operação normal e leva um tiro na cabeça de cima de uma laje. Lamentavelmente, essas quadrilhas do narcotráfico são verdadeiras narcoguerrilhas, têm controle sob determinadas áreas e são um problema da cidade do Rio de Janeiro”.

Na mídia tradicional, o depoimento do vice-presidente, assim como de representantes da polícia civil foram justapostas à falas de moradores, ONGs, militantes de direitos humanos, o que nos remete ao conceito de polifonia:

Sobre este aspecto, parece-nos fundamental lembrar a pertinência da noção de polifonia proposta por Ducrot (Ducrot, 1987), que, numa tentativa de aproximação com o problema ora discutido, implica na observação de que é preciso atentar no discurso da mídia para a distinção entre diversos enunciadores, o que Ducrot denomina polifonia ou pluralidade de vozes. Um locutor singular enuncia um discurso que, embora seja seu, é também de outros enunciadores. Ou seja, observa-se no campo discursivo da mídia a presença de vozes, de atores sociais que ocupam posições diferenciadas, conflituosas, ainda que, quase sempre, explicita-se o destaque de uma das posições reveladas. (MATOS, 2009, p.72)

Em uma observação menos atenta, seria possível concluir que, ao dar voz a variados atores com perspectivas diferentes sobre o mesmo tema, o Jornal Nacional, se comparado a jornais de cunho sensacionalista, realizou com destreza a função de informar de forma imparcial e polifônica os seus telespectadores. Entretanto, Matos (2009) nos aponta o caminho que sugere que a produção de notícias é um processo alinhado a interesses hegemônicos que levam à construção de visões dominantes, mas que não necessariamente é racionalizado pelos *media* ou pelo público.

² AMOROSO, Marcos. Desigualdade que mata. Revista Piauí, Rio de Janeiro, 08 de março de 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/desigualdade-que-mata/>> . Acesso em: 19 de novembro de 2021.

Admite-se, a partir destas considerações, que as notícias, enquanto processo social no qual diversos atores, grupos, segmentos possibilitam a circulação de discursos, constituem-se em espaço de exercícios, de conflitos, de disputas de poder no interior e fora das empresas produtoras de bens simbólicos. Neste sentido, a mídia, e de modo particular as empresas jornalísticas, pode ser entendida como um conjunto de lugares onde cotidianamente se produzem discursos que buscam legitimar ações e situações; mas isto não ocorre de modo linear, homogêneo. (MATOS, 2009, p. 72)

Matos sugere ainda que a problemática em torno dessa questão se dá pelo conceito de ética na profissão do jornalista e como sua atuação influencia nessas relações de poder ao legitimar ou enfraquecer posições. As pesquisas realizadas pelo CESeC em 2004 e 2006 exibem tal problemática ao evidenciar que os veículos de comunicação mantêm uma relação de dependência com fontes policiais, o que em certa medida, limita a imprensa a realizar críticas a essas forças de segurança pública, como assinalam Ramos e Paiva:

A imprensa tem exercido um papel fundamental na fiscalização da atuação das forças de segurança. No entanto, em grande parte dos textos, ela divulga sem questionar os atos cometidos por elas. E são inúmeros os exemplos de ações policiais equivocadas – muitas vezes feitas na pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública – que encontram destaque nas páginas de jornais. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 37-38)

A pesquisa em questão demonstra que existe uma dificuldade em escapar dessa situação, pois os agentes de polícia são as principais fontes de informação sobre a criminalidade (Id., 2007, p. 37-38). Por outro lado, há também a dificuldade que a imprensa enfrenta para circular nas favelas do Rio de Janeiro pode contribuir para a manutenção dessa condição.

No passado, era comum que jornalistas entrevistassem os chefes do tráfico. Hoje, muitos veículos se recusam a fazer esse contato – e, por extensão, a negociar a entrada em favelas onde não se identifique um interlocutor independente. “A gente não pode mais entrar em algumas comunidades, não pode mais mostrar o dia-a-dia, porque para fazer isso temos que pedir permissão ao tráfico e a gente jurou que não ia fazer mais isso”, diz o repórter André Luiz Azevedo, da TV Globo. (RAMOS; PAIVA 2007, p.81)

Soma-se a isso o medo instaurado a partir da morte do jornalista Tim Lopes, da TV Globo, em junho de 2002 por traficantes. Todavia, há inúmeras outras formas de se realizar coberturas jornalísticas, o que coloca em xeque o argumento do medo de subir o morro. A pesquisa realizada pelo CESeC traz ainda mais motivos para esse desencontro de fontes, apesar de haver contato com associações de moradores das favelas, que fazem o intermédio entre jornalistas e traficantes/milicianos, os veículos de comunicação passaram a vê-las como porta-vozes dos poderes paralelos (Id., 2007, p. 81).

A pesquisa ainda demonstra o pouco espaço dado a falas de especialistas e a dificuldade em realizar novas contribuições de forma clara, menos acadêmica. Ao fim, o problema da invariabilidade de fontes remonta a questão da manutenção do discurso hegemônico que, segundo Matos (2009), serve de base para a orientação da construção social da realidade.

2.2. A mídia como mediadora: entre o preconceito e a condescendência

A literatura no campo das teorias do jornalismo indica que os veículos de comunicação, de maneira geral, guiam-se, sobretudo, pelos interesses econômicos. No caso da imprensa, o produto “à venda” é a notícia, logo, a sua produção está sujeita às regras mercadológicas:

Não podemos esquecer que a notícia é uma mercadoria, produto das organizações que detêm os meios de comunicação de massa, e como tal possui um valor. O sensacionalismo nada mais é do que tentativa de tornar a notícia mais atrativa ao espectador, conferindo-lhe mais valor através de sua espetacularização. (GAMBÔA JR; DORNELLES, 2016, p. 47)

Essa questão – que acentua a atuação dos jornais orientada por diretrizes que perpassam uma linha editorial fundada, principalmente, nesses interesses econômicos – norteia as narrativas produzidas por repórteres e editores a partir de determinados valores notícia. E, conforme demonstra o estudo realizado pelo CESeC, há certos problemas na maneira como parte das grandes redações brasileiras trata as regiões periféricas – o que contribui, em certa medida, para o agravamento dos problemas sociais decorrentes de processos de estigmatização. Aqui também é preciso considerar que, como mostra a teoria do enquadramento (framing), os jornais, em seu processo de construção das notícias, privilegia certos ângulos, em detrimento de outros – um aspecto que também pode resultar dos interesses do grupo econômico que dirige esse ou aquele veículo de comunicação.

Não é por acaso que alguns estudiosos tenham se dedicado especialmente a analisar as coberturas de casos que envolvem atos de violência. Existem pesquisas que demonstram, de forma bastante clara, que a imprensa tradicional, em suas narrativas, trata de forma diferente os indivíduos ou grupos pertencentes às classes mais altas e aquela parcela da população em situação de vulnerabilidade. Estigmas costumam pesar contra essa última. Isso corrobora para o entendimento de que as comunidades periféricas têm papel de destaque na mídia apenas em situações trágicas, que envolvam grandes crimes – o que contribui para a formação de visões de mundo específicas, como observam Gambôa Jr. e Dornelles:

Os meios de comunicação têm um papel fundamental dentro da construção da nossa visão do mundo, nos permitindo compartilhar experiências e criar noções sobre problemas e objetos que não tivemos contato direto. Contudo a própria estrutura e organização destes meios imprimem em sua reprodução da realidade suas características próprias, que por sua vez se refletem na formação do senso comum. Isto quer dizer que o que nos é apresentado pela mídia representa uma maneira específica de se olhar a realidade, muitas vezes diferente da que observamos analisando estatísticas ou simplesmente através de nossa experiência direta (muito embora muitas vezes tenhamos que nos esforçar para impedir que o senso comum e seus prejulgamentos prejudiquem essa experiência). (GAMBÔA JR; DORNELLES, 2016, p.40)

Tal cenário – muitas vezes produzido, segundo os pesquisadores, por profissionais pouco especializados, pela valorização de fontes oficiais que remontam ao Estado e suas forças de manutenção da segurança pública – reforça a construção e manutenção de estereótipos que servem para delimitar o espaço social do cidadão de bem e o do bandido. Um exemplo neste sentido é a prevalência das fontes oficiais. Segundo Gambôa e Dornelles, ela geralmente legítima (e às vezes naturaliza) a ação policial:

Essa prevalência dos órgãos policiais como fonte principal produz certas consequências à produção da notícia. Podemos destacar duas claramente: a legitimação da atuação policial e reprodução de sua seletividade. A legitimação ocorre uma vez que a fonte, no caso a polícia, está interessada na reafirmação do seu papel social. Este processo, como já apontava Becker, é recorrente dentro dos impositores de regras, da qual a polícia é o exemplo principal. Embora essa necessidade de reafirmação não seja exclusiva deste grupo, nele ela enfrentará um dilema fundamental. Os impositores de regra, neste caso os órgãos policiais, necessitam demonstrar a sociedade que o problema para qual foram designados a combater ainda existe, sob pena de sua existência não ter mais fundamento, ao mesmo tempo em que precisam demonstrar que seu trabalho é eficaz e surte efeito no combate à criminalidade. (GAMBÔA JR; DORNELLES, 2016, p.46)

É nesse sentido que emerge o conceito de *criminologia midiática*, que diz de um conhecimento próprio do senso comum que parte do discurso do medo e legitima a autoridade punitiva ao “manipular” as narrativas e apontar vilões e mocinhos. Gambôa e Dornelles (2016) recorrem a Zaffaroni (2012) para acionar a ideia de *causalidade mágica*, que reflete um processo de simplificação extrema de problemas complexos e que se traduz na construção de estereótipos e na criação de fórmulas mágicas para combatê-los. Os autores acentuam:

O mágico não é a vingança, e sim a ideia de causalidade especial que se usa para canalizá-la contra determinados grupos humanos” [...] Cabe à causalidade mágica criar o elo necessário, quase sempre inexistente ou superdimensionado, entre determinadas causas (grupos humanos específicos) e as consequências indesejáveis. (GAMBÔA JR; DORNELLES, 2016, p.49)

Na prática, essa ideia contribui para criação e manutenção de uma sociedade maniqueísta, que, ao se apoiar em estereótipos, constrói um grupo de semelhanças em que um sujeito se torna ou não bandido quando se encaixa em um determinado arquétipo. Essa situação é própria da teoria do etiquetamento, que, segundo Gambôa Jr. e Dornelles (2016), envolve um processo de criminalização que acontece em duas etapas: na primeira, são criadas e impostas certas “regras (morais ou legais) que compõe o comportamento desejado de uma sociedade”, ao passo que, na segunda, ocorre a aplicação de tais normas, isto é, a imposição da *etiqueta do desviante* à pessoa acusada de violar as normas impostas (GAMBÔA JR; DORNELLES, 2016, p.37-38). Os pesquisadores sugerem que o importante, nesta teoria, é o fato de um indivíduo pode cometer um crime e não ser etiquetado como criminoso. Em contrapartida, outro sujeito pode não realizar nenhum ato ilícito e ser considerado bandido.

Percebe-se que, nesse contexto, dificilmente a mídia parece disposta a romper as barreiras do senso comum e produzir notícias de forma mais elaborada sobre os problemas que envolvem a segurança pública no país. No contexto atual, marcado pelo maniqueísmo, “toda ação de repressão se torna válida” (GAMBÔA JR; DORNELLES, 2016, p. 51). Disso decorre, por exemplo, a banalização da morte.

E quando o extermínio ocorre, seu absurdo é rapidamente desqualificado e sua ação se legitima através dos dados componentes dos estereotipados. O fato de o suspeito possuir antecedentes criminais ou estar sob posse de uma quantidade de droga descaracteriza sua existência como indivíduo e sua morte se torna banal. Nos casos onde os excessos ultrapassam a divisão maniqueísta, eliminando alguém que não adentra no rótulo deles, tais atos são prontamente classificados como efeitos colaterais.(GAMBÔA JR; DORNELLES, 2016, p.51).

As edições do JN analisadas mais adiante mostrarão alguns aspectos relevantes a esse respeito e isso passa necessariamente pelos enquadramentos escolhidos pela emissora durante a cobertura midiática do massacre na favela, como se explicará na sequência.

2.3.. A teoria do enquadramento refletida na cobertura midiática do Massacre no Jacarezinho no JN

Faz importante, nesse ponto, recuperar algumas das particularidades do Jornal Nacional da Rede Globo. O JN é exibido de segunda a sábado, desde 1969. Itania Maria Mota Gomes (2005) o caracteriza como o conjunto mais bem-acabado de marcas que caracterizam um telejornal no Brasil, apesar de ter sofrido alterações ao longo dos anos:

[...] modernizou-se o cenário, inovaram-se as vinhetas, mudaram os apresentadores, polêmicas e crises de credibilidade aconteceram, mas ele permanece o telejornal de maior audiência do país e é o modelo de referência para o telejornalismo nacional. [...] O modo como o JN apresenta seus mediadores, como organiza e distribui as notícias, os recursos técnicos que põe a serviço do jornalismo, os recursos da linguagem televisiva, os formatos de apresentação da notícia, sua relação com as fontes de informação, o texto verbal propõem à sociedade brasileira, ao mesmo tempo, um pacto sobre o papel do jornalismo e uma perspectiva sobre a identidade nacional. No primeiro caso, características que são do JN acabam por se confundir com elementos do gênero telejornal. No segundo, o Brasil e os brasileiros são construídos em discursos que trazem a marca do conservadorismo, do civismo e do dramático. (GOMES, 2005, P. 1)

O agrupamento desses elementos conforma o telejornal de maior sucesso no país, o que está diretamente relacionado à maneira como o jornal é feito, para quem ele é pensado e como essa rotina de produção influencia o público. De acordo com Park (2006), as pessoas enxergam o mundo por meio de certas janelas. Significa que, se a moldura dessa janela é o pequena, as pessoas enxergarão uma pequena parte do mundo apenas. É uma analogia afinada com as perspectivas trabalhadas pela teoria do enquadramento – que trabalha com relatos que ora omitem, ora salientam certas situações, pessoas, cenários e pontos de vista.

De forma bastante detalhada, Mauro Porto, em seu trabalho intitulado *Enquadramentos da Mídia Política*, apresenta alguns estudos desenvolvidos sobre os enquadramentos midiáticos e propõe adendos ao conceito. Nesta obra, o autor destaca, em especial, o livro *Framing analysis*, do sociólogo canadense Erving Goffman, um dos precursores da teoria do enquadramento, aplicada de maneira sistemática em análises de fenômenos sociais.

(...) Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: "O que está ocorrendo aqui?". Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais. (PORTO, 2002, p. 4)

Porto (2002) também se atém à pesquisa feita por Kahneman e Tversky (1984, 1986), no campo da psicologia, para ilustrar outras maneiras como a teoria do enquadramento pode operar em grupos sociais. O relato diz respeito a escolhas coletivas a partir de visões singulares sobre eventuais formas de se combater uma pandemia – e revela dados interessantes, como se vê no trecho abaixo:

Em um de seus experimentos, Kahneman e Tversky pedem aos participantes para imaginar que os Estados Unidos estavam se preparando para a eclosão de uma epidemia de uma doença estranha proveniente da Ásia que deveria matar 600 pessoas. Os autores pedem às pessoas para optar entre dois programas que teriam

sido propostos para combater a doença. Para um grupo de pessoas, o primeiro programa é apresentado como o que salva 200 pessoas, enquanto que para o outro grupo o mesmo programa é apresentado como provocando a morte de 400 pessoas. Apesar do fato de que as alternativas são idênticas (em um universo de 600 possíveis mortes, salvar 200 pessoas ou provocar a morte de 400 é a mesma coisa) o primeiro programa foi o escolhido por 72% das pessoas do primeiro grupo e somente 22% do segundo. O experimento demonstra que, apesar dos problemas serem idênticos, as pessoas frequentemente decidem de acordo com a forma como os temas são enquadrados. Assim, escolhas envolvendo ganhos ("200 pessoas serão salvas") tendem a rejeitar riscos, enquanto que as escolhas envolvendo perdas ("400 pessoas irão morrer") tendem a estimular as pessoas a assumir mais riscos. (PORTO, 2002, p.5)

Fica clara, a diferença de percepção do receptor a partir da forma como o tema é tratado. Da mesma forma, aqui é preciso atenção às maneiras como o Jornal Nacional organiza os conteúdos que veicula. Como já se mencionou aqui, essa organização está permeada por interesses econômicos, o que não chega a ser uma novidade. Ainda no século passado, Bourdieu (1996) já chamava a atenção para a função mercadológica como um dos principais norteadores dos processos de construção de sentido no âmbito midiático:

(...) o jornalístico depende do mercado, e está sujeito a sanções diretas da clientela e dos índices de audiência. Devido à concorrência, há uma uniformidade no caso da elaboração de notícias, pois não se pode não falar do que a concorrente cobre. Dessa forma, gera-se uma uniformidade dos produtos oferecidos, uma vez que a produção atua no sentido de “conservação dos valores estabelecidos” (BOURDIEU, 1997, p. 108).

Essa é uma reflexão ligada, também, ao conceito de hegemonia, conceito que diz da preponderância de alguma coisa sobre outra – que alude à ideia de que este (o jornalismo) atua para sua manutenção. No caso da Rede Globo, essa hegemonia também se faz a partir dos enquadramentos adotados para mostrar certas realidades. Os relatos noticiosos, não raras vezes, baseiam-se em princípios que corroboram para a perpetuação de um dado *status quo*. E, nesse sentido, é preciso pontuar que o JN sempre traduziu, sobretudo, o pensamento conservador do grupo Globo.

É de chamar a atenção que a moral da história ou sua conclusão estão fundados, geralmente, sobre a legalidade/ilegalidade dos acontecimentos, ou na reprodução de vozes de autoridade: ministros, governadores, especialistas, o presidente da república. Este fecho das notícias ancorado em aspectos legais e vozes oficiais, mais do que propor um sentido de isenção do telejornal, imprime a ele um caráter fortemente conservador – é bastante conhecida a proximidade do Jornal Nacional e da própria Rede Globo com todos os governos. (GOMES, 2005, p.9)

Um olhar atento para os produtos noticiosos veiculados evidencia que a estruturação do noticiário segue uma lógica que ultrapassa as ideias de imparcialidade, objetividade e pluralidade de vozes, idealizadas no fazer jornalístico. A demarcação dos espaços e das

pessoas – um favelado representado como bandido, um vice-presidente da República afirmando que os habitantes do Jacarezinho são bandidos, e a descrição pormenorizada de apenas uma das várias pessoas mortas (um homem branco, policial, única vítima a ter rosto, nome e família na narrativa televisiva) contribuem para a demarcação de posições e para a conformação do modo como o público assimilará os fatos.

É nesse sentido que Porto (2002) assinala a concepção de Hackett, para quem o conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante não apenas quando existe ou falta "objetividade" e/ou "imparcialidade", mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada. Essa matriz seria composta por um conjunto de regras e conceitos (uma "estrutura profunda") que são ativados pelos jornalistas nem sempre de forma consciente e “sem necessariamente existir uma intenção deliberada de iludir ou manipular.” (PORTO, 2002, p. 2).

Todas essas particularidades devem ser consideradas para pensar o modo como se deu a cobertura feita pelo Jornal Nacional sobre a Chacina no Jacarezinho. O JN, a exemplo do que se vê em grande parte da mídia brasileira, seguiu padrões limitantes, construindo imagens no mínimo superficiais a respeito do massacre. A célebre frase de Darcy Ribeiro, que diz que “a crise na educação no Brasil não é uma crise, mas sim um projeto”, pode ser acionada nesta reflexão: este despreparo no meio jornalístico para lidar com problemas relacionados à segurança pública poderia não ser apenas um despreparo?

3 JACAREZINHO: MAIS UMA CHACINA

A favela do Jacarezinho, localizada na zona norte do estado do Rio de Janeiro, foi palco, no dia 6 de março de 2021, do confronto considerado – por grupos de estudos como Geni (Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos) da Universidade Federal Fluminense e pelo Instituto Fogo Cruzado³ (uma organização sem fins lucrativos e autônoma, que produz e disponibiliza dados sobre tiroteios em centros urbanos e seus impactos na sociedade) – o maior massacre da história do Rio cometido por policiais civis.

Os confrontos entre forças do estado e forças paralelas ligadas ao crime são recorrentes no Brasil. Só no mês de maio de 2021, houve 480 tiroteios em que 79% dos baleados foram atingidos em ações com a presença de agentes de segurança. Tais tiroteios foram responsáveis por 6 das 12 vítimas de bala perdida, 8 dos 13 baleados dentro de casa – e inclui pelo menos 4 chacinas com 36 mortos, de acordo com a plataforma Fogo Cruzado.

A plataforma ainda apresenta dados que demonstram que a prática do confronto armado entre forças policiais e paralelas é frequente – e que centenas de pessoas morrem nesses embates todo ano. As chacinas se caracterizam pelo homicídio de três ou mais pessoas numa mesma situação. De acordo com o Fogo Cruzado, são mais de 400 casos nos últimos 14 anos, com destaque para as chacinas da Candelária e de Vigário Geral em 1993, e da Baixada Fluminense em 2005, entre outras.

3.1.. A descrição do episódio em si

Por volta das 6 horas da manhã do dia 6 de maio de 2021, a Polícia Civil do Rio de Janeiro iniciou, na favela do Jacarezinho, a operação que viria a ser a mais letal da história do estado⁴, segundo levantamento produzido pelo Instituto Fogo Cruzado. A versão da Polícia Civil é a de que tudo começou quando, logo depois de descer do veículo blindado para ajudar na retirada de barricadas, o inspetor André Leonardo de Mello Frias, de 48 anos, levou um

³ Veja em <https://fogocruzado.org.br/sobre> . Acesso em: 3 set. 2022.

⁴ Barreira, Gabriel; Brasil, Filipe . “**Operação no Jacarezinho é a mais letal da história do RJ**”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/operacao-no-jacarezinho-rio-tem-numero-recorde-de-mortes.ghtml>>. Acesso em: 31 ago. 2022

tiro na cabeça. Esse fato, segundo essa versão, teria marcado o início do confronto.

A ação contou com a participação de 250 policiais civis, quatro carros blindados e dois helicópteros que davam vôos rasantes sobre a comunidade enquanto os agentes avançavam para dentro da favela. O tiroteio – que vitimou 28 pessoas e deixou sem luz e sem água os moradores – também feriu usuários do metrô que passavam pelo local no horário do confronto.

A operação, batizada de *Exceptis*⁵, foi motivada, de acordo com os chefes do departamento, pela necessidade de proteger crianças e adolescentes da favela do Jacarezinho do aliciamento praticado pelos traficantes de drogas da região. Àquela altura, o STF já havia proibido, há quase um ano, operações policiais em favelas, exceto em casos excepcionais. Também já havia exigido que todas as ações fossem comunicadas previamente, fato que não aconteceu nesse caso. A referida operação só foi comunicada três horas depois do seu início. A alegação de que a operação foi motivada para impedir a indução de menores ao mundo do crime pode ser contestada pelo relatório do inquérito policial instaurado pelo delegado Pedro Bittencourt, que aponta que a ação visava cumprir 21 mandados de prisão.

A polícia localizou seis dos 21 acusados, prendeu três e matou três (Gabriel, Isaac e Rômulo)⁶. No mesmo dia, numa coletiva à imprensa, representantes da instituição disseram que todos os mortos eram criminosos, mas não apresentaram evidências. Disseram também que não haviam suspeitos, mas sim criminosos, traficantes e homicidas, pois tentaram matar os policiais. Àquela altura, apesar das afirmações da polícia civil, pouco se sabia sobre os homens executados, nem mesmo a lista com os nomes dos mortos havia sido liberada.

Moradores relataram que mesmo após se renderem, os rapazes foram executados. Relatam, também, que casas e celulares foram violados, que houve execuções dentro de moradias na frente de adultos e crianças. Além disso, circularam, na *internet*, imagens e vídeos de um homem que, ao tentar se esconder, foi morto dentro do quarto de uma menina de 9 anos. Também nas redes, muitas pessoas tiveram acesso a fotos de várias outras pessoas mortas e jogadas por ruas, becos e vielas do Jacarezinho.

⁵ Operação realizada pela Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, para combater o aliciamento de menores ao tráfico de drogas por facções criminosas. A ação, entretanto, evoluiu para um combate armado que resultou em 28 mortes.

⁶ Richard Gabriel Ferreira, de 23 anos, Isaac Pinheiro de Oliveira, 22 anos e Rômulo Oliveira Lúcio, de 29 anos, moradores da favela do Jacarezinho, mortos em 6 de maio de 2021 durante a operação *exceptis*. Segundo a polícia, todos tinham antecedentes criminais e atuavam como soldados do tráfico.



Figura 1: Quarto de garota de 9 anos, após o assassinato de um homem

Fonte: SILVIA IZQUIERDO (AP), 2021

Há também indícios de que corpos foram removidos dos locais antes da perícia chegar na área, como pode ser visto na seguinte foto:



Figura 2: Corpo sendo carregado por policiais.

Fonte: POR RICARDO MORAES (REUTERS), 2021

Ao final do dia – após a retirada dos corpos, após a concessão de coletivas de imprensa promovidas pelas autoridades públicas e após inúmeras manifestações por parte de incontáveis instituições sobre o ocorrido –, o número total de mortos ainda não havia sido fechado. Somente depois de 48 horas, a polícia chegou ao número de 28 vítimas. Dentre elas, a única que recebeu nome, rosto e homenagens – amplamente divulgadas pelo Jornal Nacional – foi o inspetor André Leonardo de Mello Frias. No dia 25 de maio, a secretaria de Polícia Civil impôs sigilo de cinco anos aos documentos referentes a todas as operações ocorridas desde julho de 2020, inclusive a da favela do Jacarezinho.

3.2 .. O retrato do massacre do Jacarezinho no JN

As escolhas narrativas feitas pelo Jornal Nacional na cobertura do massacre na favela do Jacarezinho foram reveladoras no sentido de demonstrar como a busca por audiência – somada à maneira pragmática e pouco humanizada com a qual parte da mídia tradicional desenvolve a cobertura jornalística nas regiões periféricas do país –, pode simplesmente reduzir uma situação de proporções alarmantes a apenas mais um caso banal de violência em favelas do Rio de Janeiro. Importante ressaltar aqui que o JN é o telejornal de maior audiência no Brasil e o modelo de referência para o telejornalismo nacional, de acordo com Gomes (2005). Levantamentos feitos pelo Kantar Ibope Media no ano de 2021 confirmaram que ele é líder de audiência na TV brasileira no horário em que é transmitido. Diante disso, faz-se necessário pensar criticamente a forma como as notícias são apresentadas e como afetam o público.

Há quase quatro décadas, pesquisadores como Lins da Silva (1985) já observavam que o JN inaugurou e consolidou um modelo de *timing* da informação baseado na fragmentação dos fatos em espaços de tempo curtíssimos e em certa obsessão pelo que ocorre “agora”. Em alguns momentos, isso chega a comprometer informações de *background*, transformando o noticiário em uma espécie de telenovela de fatos reais. É que, assim como as novelas, o jornalismo representa a vida e as ações dos homens (bons e maus), relata as tragédias e as epopeias modernas (GOMES, 2005; SILVA, 1985). A retratação dos fatos ocorridos na favela do Jacarezinho no dia 6 de maio de 2021 contou com esses elementos que refletem a dualidade entre o bem e o mal, somando-se a uma urgência da disponibilização, ao público, dos dados coletados.

No dia do ocorrido, a escalada – ou seja, a relação das manchetes de abertura dos noticiários televisivos, que têm como função elencar os assuntos mais importantes daquela edição –, indicava, no JN, um caminho específico para a abordagem do assunto no telejornal. As falas dos apresentadores Mariana Gross e Flávio Fachel evidenciaram as nove horas de aflição vividas por moradores da zona norte do Rio de Janeiro. As notícias davam conta de que a ação havia sido realizada em função de uma operação contra o tráfico de drogas e que, de acordo com a polícia, houve a morte de 24 criminosos e um agente da PM. Por último, foi dito que os moradores denunciaram abusos e execuções.

Apesar de visibilizar manifestações de ONGs, representantes da ONU, moradores e ex-moradores da favela, que questionavam a forma como se deu a operação e seus resultados, Paulo Renato Soares, repórter responsável por noticiar os desdobramentos da operação, trouxe, em sua abordagem, expressões como “grupo de bandidos” para identificar as vítimas e pessoas presentes ao local.

No primeiro dia de cobertura, o único morador do Jacarezinho com espaço para fala – e que teve o rosto e o nome divulgados – foi o advogado Joel Luiz Costa, que lamentou o fato. Em vários outros momentos da reportagem, entretanto, representantes da Polícia Civil foram os atores que mais falaram sobre as ações. Afirmaram que os homens mortos durante a operação eram bandidos – mais especificamente, “homicidas cruéis” e “traficantes”. Entre todos os 25 mortos durante a ação, a única pessoa com óbito confirmado e explicado – com nome e idade divulgados – foi o inspetor André Leonardo de Mello Frias, de 48 anos.

No dia seguinte, 7 de maio, o aumento de 25 para 28 mortes confirmadas foi tratado como um dos destaques da reportagem. Mais uma vez as afirmações feitas pela polícia civil – de que todos os mortos eram bandidos –, assim como a não divulgação dos nomes das demais vítimas fatais marcaram a edição. Nessa mesma noite, outra notícia que compôs o noticiário chama a atenção: a homenagem feita ao inspetor André Leonardo de Mello Frias por colegas de serviço e familiares – e também algumas falas de representantes da polícia contra as vítimas do dia anterior.

A certa altura, passa-se a divulgar os nomes de três mortos, apontados pela polícia como soldados do tráfico. A isso, segue-se a imagem e a fala do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que tratou todos as vítimas como “bandidos e narcoguerrilheiros”. Na sequência, a reportagem ouve representantes de organizações ligadas aos Direitos Humanos.

O encerramento é feito com uma crítica feita por Thiago Amparo, professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), à política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

Em 8 de maio, a principal novidade do caso era a divulgação da lista com o nome dos mortos. Contudo, ela não chegou a ser lida na edição do Jornal – foi apenas exibida rapidamente na tela. Novamente, entretanto, o rosto e nome do policial morto foi o maior destaque. Também foram notícia os indicativos sobre os locais onde as mortes teriam ocorrido. Havia registros de pessoas assassinadas dentro das casas da região – e até de um grupo de 12 pessoas que teriam sido mortas no mesmo lugar. Neste caso, a polícia argumentou que houve um confronto armado.

Dois dias depois, 10 de maio, a polícia divulgou a ficha criminal dos mortos. Nela, constava que 25 pessoas tinham passagem pela polícia e outros dois “estavam envolvidos com o tráfico de drogas, segundo depoimentos da família”. A mesma lista indicava que 12 pessoas tinham ficha criminal por ações relacionadas ao tráfico de drogas. Outros também por roubo, porte ilegal de armas, receptação, lesão corporal e desacato. Durante toda a reportagem, os relatos sobre a violência das mortes eram feitos à medida em que se enfatizava as fichas criminais das vítimas. No mesmo dia, fotos com os rostos dos homens mortos foram mostradas pela primeira vez no telejornal.



Figura 3: Jornal Nacional - Edição: 8 de maio de 2021.
Fonte: TV Globo.

No quinto dia de cobertura, a notícia principal foi a de que o Ministério Público do Rio de Janeiro havia montado uma força tarefa para investigar a operação na favela. Essa

investigação deveria ser concluída em quatro meses, mas esse prazo era passível de ser estendido. A finalização da reportagem traz a seguinte fala do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL): “Nós não deixaremos que haja pré-julgamento a nenhum policial nosso, até porque nós temos que lembrar que o primeiro morto e os três primeiros feridos foram policiais. A investigação aqui será transparente, rigorosa, mas será justa.”

No dia 13 de maio, sete dias após o massacre no Jacarezinho, a notícia perdeu força, mas apesar de não aparecer na escalada, foi lembrada em outros momentos da edição. Por se tratar do aniversário da assinatura da Lei Áurea, atos contra a desigualdade e o racismo também foram notícias nesta edição. No centro do Rio, manifestantes pediram o fim do racismo, da fome e da violência policial. A ação marcou uma semana do conflito na favela do Jacarezinho.

3.3 .. A realidade da violência e o emolduramento midiático

A violência no Brasil é assunto que merece atenção, seja em relação às dificuldades enfrentadas pelos cidadãos no seu dia a dia, seja em relação à necessidade de criação de medidas de prevenção a cargo dos órgãos e autoridades públicas. Devido a sua complexidade histórico-estrutural, é impossível reduzir o tema a meras opiniões ou tratá-lo como banalidade. Não por acaso, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento se debruçam sobre a temática da violência no Brasil, algo que, até o início dos anos 1970, era raro, de acordo com Cavallieri (2006). O autor explica que o interesse por esse tema se deu, em especial, em razão do aumento e sofisticação do crime organizado, bem como da cobertura da mídia acerca do assunto. Era preciso encontrar explicações para certos fenômenos. E pensar em novas políticas públicas.

O Atlas da Violência de 2021⁷ indica que houve 45.503 homicídios no Brasil, o que corresponde a maior queda entre os anos de 1995 e 2017. Todavia, segundo o estudo, a queda nos índices deve ser observada com cautela devido a deterioração na qualidade dos registros oficiais. O Atlas traz ainda uma comparação entre o ano de 2017 e 2019, referente ao número de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI). Em 2017 foram registrados 9.799 (MVCI) e em 2019 esse número foi de 16.648, o que representa aumento de 69,9%.

⁷ Cerqueira et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

As estatísticas ganham novos contornos a cada dia. Por trás dos números e generalizações, existem singularidades exploradas de variadas formas pelos veículos de comunicação, o que contribui para a construção e manutenção de conceitos muitas vezes distantes da realidade. Ramos e Novo (2008) preocupam-se, por exemplo, com a questão da produção da alteridade – que, a rigor, combateria a desvalorização do diferente (portanto, o diferente seria o outro, externo ao grupo hegemônico e produto da construção e da exclusão social, como afirma Jodelet (1999). Encaixa-se nesse perfil, sobretudo, pessoas de classes sociais menos favorecidas, moradores de favelas, cortiços, quilombos, indígenas etc.

A questão está estritamente relacionada à produção dos conteúdos midiáticos (principalmente os noticiosos) sobre a violência. Trata-se de um processo que supõe representações, teorização e organização dos afetos. As pessoas não apenas pensam e falam sobre crimes e criminosos – elas nutrem certos sentimentos em relação. Frequentemente, raiva e desprezo. Em períodos ou situações de crise, as dimensões negativas que as representações do outro assumem são intensificadas através de sua degradação e desumanização (RAMOS; NOVO, 2008, p.492).

Assim, a produção da alteridade atinge o domínio das práticas e dos discursos, tornando-se núcleo estruturante do universo simbólico através do trabalho de aproximação e incorporação da diferença. A imprensa tem um papel importante nesse processo. Ainda no século passado, Lippman (1922), em *Public Opinion*, abordou a ideia de que a mídia não reproduz a realidade, mas sim uma versão estereotipada, um “pseudoambiente” que influiria no ambiente e na realidade social. E aqui essas realidades estereotipadas guardam relação com a batalha pela audiência, mas também com as características próprias da atividade jornalística

– ainda marcada pela falta de tempo suficiente para a produção de grandes investigações, pela falta de diversidade nas redações (que contratam e treinam pessoas para formar um corpo homogêneo) e pelos interesses políticos e econômicos em jogo, entre outros fatores. Não são poucas as produções – no Brasil e no mundo – marcadas por coberturas superficiais de temas complexos.

O caso em estudo neste trabalho – a cobertura do massacre no Jacarezinho pelo Jornal Nacional – assemelha-se a outros. Não é um caso isolado de cobertura. Theophilos Rifiotis, professor e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina, em seu trabalho *Violência Policial e Imprensa: O Caso Da Favela Naval*, analisou como os jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo noticiaram a violência empregada por policiais contra moradores da Favela Naval, em Diadema, São Paulo, no ano de 1997. A pesquisa conclui que as matérias publicadas imaginam um leitor-modelo e entregam a ele um conteúdo que trata o caso da

favela Naval como um fato isolado, único. Esse leitor é o sujeito que gostaria de ver punição para os policiais envolvidos, mas que, em contrapartida, não refletiria sobre as falhas das instituições policiais ou sobre a sociedade.

Outra análise, escrita pelo pesquisador José Rodrigues Alvarenga Filho, trata da *Chacina do Pan* (2016). Nesse estudo também se debate a forma como a mídia aborda a segurança pública no contexto de violência policial. Em 2 de maio de 2007, deu-se início o cerco ao Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, ação que se estenderia até junho do mesmo ano. O saldo total dessa ação, segundo Salles (2007), foi de 44 mortos e 78 feridos. Em um único dia, 27 de junho, foram mortas 19 pessoas que, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, eram suspeitos de participar do crime organizado no Complexo do Alemão. Essas operações foram notícia na mídia tradicional por dias. Na época, com a proximidade da realização de grandes eventos, como os jogos Pan Americanos, Olimpíadas e Copa do Mundo, a segurança no estado do Rio de Janeiro era assunto urgente e de interesse público. As medidas adotadas pelos governos, que consistiam na tentativa de tomada do poder em algumas favelas, foram amplamente divulgadas. Tal qual no caso da Favela Naval, os fatos, por norma, foram tratados como eventos completos e isolados, negando assim as diversas nuances possíveis.

A narrativa midiática oferece ao público uma versão da história, uma determinada interpretação dos fatos que, contudo, é, muitas vezes, vendida como se fosse a única verdade possível. É assim que, diariamente, muitos veículos de comunicação fabricam consensos sobre certas práticas, consolidam valores e criam heróis ou vilões no teatro do cotidiano. Como observa Arbéx Júnior, “os fatos, transformados em notícia, são descritos como eventos autônomos, completos em si mesmos”. (ARBÉX JÚNIOR apud ALVARENGA FILHO, 2016, p.114). Em 27 de junho de 2007, quando se deu a invasão ao Complexo do Alemão, uma das principais ideias defendidas pelos veículos de comunicação tradicional, segundo Alvarenga Filho, foi a de que a operação, que vitimou 19 suspeitos, teria sido um grande sucesso – tornando-se, assim, um marco no Brasil no que tange ao combate à criminalidade.

Não são poucos os estudos que demonstram a enorme influência da abordagem midiática na percepção do público acerca de uma determinada realidade. Além disso, é possível afirmar que os profissionais envolvidos na construção de narrativas desenvolvem seus trabalhos obedecendo a perspectivas singulares, por vezes até inconscientemente. Há sempre um grau de persuasão a partir de seu ponto de vista do narrador. A esse modo de olhar, que envolve a seleção de certos acontecimentos, a omissão ou destaque de outros –, é que os estudiosos das Ciências Sociais, e também da Comunicação, chamarão de

enquadramento. E por isso trata-se de um conceito importante, retomado aqui. No campo de estudos da comunicação, o enquadramento noticioso é revelador de processos variados que se destinam a dar contornos específicos a cada acontecimento, como observam Ferreira e Moura:

Os enquadramentos noticiosos chamam a atenção para determinados pontos e excluem outros. Iluminar alguns atributos e obscurecer outros configura uma percepção do acontecimento, ampliando a visibilidade de uns elementos em detrimento de outros, sugerindo explicações causais e avaliações normativas sobre o fato noticiado. Os enquadramentos vão além: destacam os dados fornecidos por determinada fonte em detrimento de outra, evidenciam as ações de determinados agentes, minimizando outros, tornando-os, por vezes, sem relevância (FERREIRA; MOURA, 2020, p.434).

Assim, os enquadramentos se configuram, sobretudo, a partir da filtragem de certos conteúdos – que obedecem não só as perspectivas do narrador, mas, também, os critérios definidores do valor-notícia. Trata-se, ainda, de um sistema influenciado por um processo de retroalimentação em que os hábitos de consumo interferem diretamente na produção e vice-versa. Por isso mesmo, no âmbito da mídia tradicional, não é raro que as escolhas feitas pelo narrador sejam orientadas por padrões hegemônicos, que, na prática, são capazes de limitar os debates sobre os acontecimentos noticiados.

Esse é um ponto importante na pesquisa aqui proposta, pois a cobertura da violência pela imprensa brasileira não poucas vezes obedece a essa concepção hegemônica sobre os atores sociais envolvidos com a criminalidade. E, sob esse aspecto, tanto o Rio de Janeiro quanto o Brasil emergem como lugares que precisam ser “salvos” da “bandidagem”. Em função desse aspecto, pode ser interessante, nesse ponto, resgatar um pouco esse lugar sob o prisma da violência. Isso ajudará, mais adiante, na configuração das reflexões sobre a cobertura do JN na favela do Jacarezinho.

3.3.1 – A violência no Rio de Janeiro como metáfora do Brasil

O Brasil, até a década de 1960, segundo Oliven (2010), era representado como uma “ilha de tranquilidade num mundo conturbado”. Para o autor, não era interessante, para os líderes governamentais, da época admitir a existência da violência, exceto pela chamada “subversão da ordem”, inimiga que justificou a criação de um vasto aparato de repressão, como acentua o autor.

Esse aparelho, que teve um crescimento vertiginoso, inclui as polícias militares, que a partir de 1967, passaram a ser consideradas forças auxiliares, reservas do exército, cabendo-lhes a manutenção da ordem pública e da segurança interna das unidades federadas,

ficando subordinadas à Inspetoria Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército. (OLIVEN, 2010, p. 16).

Ainda segundo o pesquisador, com o início da “abertura” política, a temática da violência foi promovida ao principal problema nacional. No mesmo período, entra em crise o modelo político e econômico vigente e perde sentido apelar à “segurança nacional”, pois os perigos relacionados às guerrilhas haviam deixado de existir.

O termo *violência urbana* passa, então, a ser utilizado com frequência na esfera governamental e também na academia. Oliven (2010), entretanto, diz que há um sentido limitador nessa terminologia, pois ela classifica a violência como algo próprio das cidades, sejam elas quais forem. O problema, assim, deixaria de ser brasileiro para se tornar mundial, considerando todas as mazelas sociais. Nessa perspectiva, atribui-se às cidades – e particularmente às cidades brasileiras – o poder de gerar violência.

Especificamente no Brasil, as grandes cidades, por se constituírem nos centros mais dinâmicos de sua economia, representam espaços nos quais suas contradições se tornam mais evidentes, a riqueza e a opulência convivendo com a mais flagrante miséria. Este contraste entre ostentação e indigência poderia ser encarado como o elemento que fornece a base necessária ao surgimento da delinquência de classe baixa. (OLIVEN, 2010, p. 17).

O autor observa, ainda, que o clima de insegurança – refletido no temor diante da escalada da violência – é reflexo da selvageria do capitalismo que caracteriza o atual modelo de desenvolvimento do Brasil. Esse modelo exacerba as desigualdades sociais e se vale do arbítrio que fortalece um padrão de repressão que imputa a si o poder judicial – que, em nome da segurança pública, decide quem são os culpados, os merecedores de tortura e morte.

O início da violência urbana brasileira, de acordo com Michel Misse (2008), situa-se no mesmo período em que surgem os primeiros esquadrões de morte no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1950. Para ele, o aparecimento dos esquadrões de morte não é necessariamente a causa do aumento dos índices de violência no país, mas é o início de um processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro que, depois, espalhou-se para todas as grandes cidades do Brasil.

Segundo Misse, até a década de 1950, os crimes mais comuns no Brasil, eram de menor complexidade:

Se fizermos, e eu mesmo fiz essa pesquisa dos crimes comuns daquela época, nós vamos encontrar a predominância de crimes contra a propriedade, mas que não envolviam o uso da força física ou a sua ameaça. Encontramos também crimes contra a pessoa, mas, principalmente, lesões provocadas em brigas, em conflitos, algumas com ferimentos graves produzidos por armas

de fogo, mas armas de fogo de baixo calibre, e armas brancas, principalmente facas e navalhas. E havia, como já disse, muitos crimes passionais, muitos crimes ligados à honra, já que se tratava de uma sociedade tradicional que começava a se modernizar. (MISSE, 2008, p. 375-376).

A partir dos anos 50, de acordo com pesquisador, começa uma mudança lenta, pontual e importante nos padrões da criminalidade em grandes cidades como Recife, São Paulo e Belo Horizonte. No Rio de Janeiro essa mudança foi mais visibilizada pela grande presença de veículos de comunicação no local, e por se tratar, na época, da capital do Brasil.

Num contexto conturbado para a então capital federal, o general Amauri Kruel, no comando da polícia do estado do Rio de Janeiro, decidiu criar o Grupo de Diligências Especiais, comandado pelo detetive Le Cocq. O grupo utilizava a sigla E. M, que se referia a “Esquadrão Motorizado”, mas, como suas ações quase sempre eram acompanhadas das mortes de suspeitos, a imprensa popular passou a chamá-los de “Esquadrão da Morte”.

Com o assassinato de Le Cocq em 1964, por um assaltante, cria-se, em sua homenagem, a “Scuderie Le Cocq”, grupo parapolicial que não escondia a intenção de “matar bandido”. Brutalidade igual ou semelhante, antes reduzidas a populações marginalizadas durante a ditadura civil militar no Brasil, passou a atingir pessoas de classe média, fato que pode ter contribuído para o aumento da oposição contra o regime militar. Isso culminou em sua dissolução na década de 80.

Com a redemocratização, a quantidade de crimes violentos, que já vinha aumentando desde o início dos anos de 1970, apresentaram crescimento ainda maior, segundo Misse (2008). Iniciava-se um paradoxo em que as instituições democráticas começavam a se reconstruir e os índices de criminalidade chegavam a níveis nunca vistos. O autor explica esse fenômeno recorrendo ao argumento fundado no processo de “acumulação social da violência”. Diz ele:

Esse processo ocorre na cidade do Rio de Janeiro e em sua área de influência imediata – a região metropolitana do Rio –, mas pode, em alguns momentos, alcançar outras cidades do estado, algumas capitais de outros estados e outras cidades brasileiras, como já aconteceu, adquirindo potencialmente abrangência nacional. (MISSE, 2008, p. 378).

Fato é que o crescimento de variadas formas de violência no Brasil durante a redemocratização teve realmente como palco o Rio de Janeiro, seja pela visibilidade dos acontecimentos no estado, seja pela ampla penetração de milícias e grupos paramilitares no cotidiano da cidade. Todavia, nesse mesmo período, outros municípios brasileiros (inclusive

idades menores) também tiveram acentuado aumento nos índices de criminalidade, como ressalta Saporì:

Da década de 1980 até o ano 2000 os municípios com população de 500 mil ou mais habitantes foram os que se destacaram no recrudescimento dos homicídios (...). Desde então, identifica-se vigoroso crescimento da incidência dos homicídios nos municípios pequenos, especialmente com população entre 20 e 100 mil habitantes. A taxa de crescimento dos homicídios nesse segmento superou o patamar de 50 % entre 2000 e 2010, ao passo que nos municípios mais populosos houve estabilização ou mesmo crescimento modesto que não ultrapassou 10 %. (SAPORI, 2015, p. 2).

Concluimos, portanto, que situações de violência no Brasil não se restringem a centros urbanos com grande densidade populacional, mas parecem inerentes a múltiplos espaços e motivadas por complexas estruturas sociais. Saporì (2010) argumenta que a elevação crescente de índices de criminalidade na sociedade brasileira também é afetada por fatores outros que dizem respeito à consolidação do tráfico de drogas, à persistente impunidade, à gestão ineficiente da política de segurança pública. A pobreza e a desigualdade socioeconômica são apenas o pano de fundo desse fenômeno – e, nessa condição, guardam também uma questão moral, segundo ele:

(...) esta desigualdade tem uma dupla face, econômica e moral. É desigualdade da distribuição da riqueza nacional e, portanto, de acesso às oportunidades de ascensão social como também é desigualdade da cidadania, típica de uma sociedade que categoriza os cidadãos de primeira classe e de segunda classe ou mesmo que distingue os indivíduos das pessoas. Essas desigualdades sociais vivenciadas mais intensamente pelos jovens da periferia social os torna mais vulneráveis ao processo de acumulação social da violência quando combinadas a uma crescente inclusão social deste mesmo segmento social. (SAPORI, 2012, p.152).

Dessa forma, o estado do Rio de Janeiro aparece como uma metáfora do Brasil por se tratar de um espaço onde convivem, conflituosamente, características violentas que se dissolvem ao longo de todo o território nacional. O Rio é, segundo a “Nossa Agência”, em levantamento feito no ano de 2021, o estado com maiores taxas de desigualdade social do país. No mesmo período, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelou que o estado abriga 7 entre as 10 cidades com maior taxa de letalidade policial. Contudo, ambos os indicadores também apontam para um cenário de incerteza relacionada à segurança e ao desenvolvimento social que não se restringe ao estado fluminense, mas que diz respeito a todo o Brasil, com todas as diferenças regionais expressivas.

3.3.2 ..Os estigmas da favela

Ao final do século XIX, houve acontecimentos significativos como a abolição da escravidão, o declínio da produção cafeeira e o intenso fluxo migratório para os subúrbios, áreas centrais do país, fatos que marcaram a história do Rio de Janeiro, de acordo com Abreu (2020). Antes do estabelecimento das favelas, os cortiços eram os locais que abrigavam pessoas marginalizadas como judeus, ex-escravizados, nordestinos e trabalhadores pobres em geral. Mais adiante, os cortiços passariam a ser desocupados, independentemente da quantidade de pessoas que morassem naqueles espaços, como assinala o autor:

Em 1893, aproximadamente 2 mil pessoas de uma área próxima à Central do Brasil são expulsas durante a destruição do "Cabeça de Porco" – o maior cortiço da cidade. Os ex-moradores, entretanto, conseguem permissão para construir suas casas no Morro da Providência, na região portuária. O Morro de Santo Antônio também recebe os soldados que lutaram na Revolta da Armada – um movimento da Marinha contra os governos autoritários de Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. Para completar, cerca de 20 mil soldados retornados ao Rio após a Guerra dos Canudos na Bahia, também começam a habitar o Morro da Providência. A partir da década de 1920, estes morros cobertos por barracos e casebres passaram a ser chamados de “favelas”, sendo vistos como área de criminalidade e doenças (ABREU, 2020, p. 270).

A partir de então, as favelas passam a ocupar, no imaginário social, o lugar antes reservado aos cortiços: lugar indesejado, um lugar que não deveria existir na cidade moderna, como aponta Laércio Gomes Rodrigues (2017). Com a Proclamação da República, e sendo a cidade do Rio de Janeiro a capital federal, os processos de construção de uma identidade nacional ressoavam sobre o município. Entre 1902 e 1906, o então prefeito do Rio, Pereira Passos, iniciou grandes reformas urbanas, de modo a tornar a cidade uma “Paris dos trópicos”. As sucessivas obras resultaram em ainda mais demolições de cortiços e a expansão das favelas.

A revalorização do Centro segue seu curso eliminando o espaço das habitações populares consoante ao que ocorria desde os tempos finais da transição do Império, mas a estratificação social nos primeiros anos da República vai se tornando dramática no espaço urbano à medida que os desalojados construíam novos casebres com os restos das demolições nas encostas do Morro da Providência e do Castelo (ABREU, 2020, p. 271).

A dualidade existente entre as camadas populares e as classes dominantes encontrou, nesse cenário, uma caixa de ressonância. Além disso, a ideia de construção da identidade nacional, executada tal qual ocorreu no Rio, segundo Abreu, não permitia formular um alicerce que unificasse os sentidos da nação, pois as representações giravam em torno de uma cidade alinhada com a modernidade europeia, convergindo para dentro da sociedade escravagista brasileira os atributos “estrangeiros” (ABREU, 2017, p. 274).

Soma-se a isso a repercussão da imagem marginal das favelas cariocas na mídia já nesse início do século XX, e a consequente construção exacerbada de estereótipos sobre os espaços e os moradores. Essa estigmatização produziu os chamados “subúrbios problemáticos”, os territórios “estigmatizados como sendo locais perigosos e violentos por natureza”, de acordo com Rocha (2017). Um artigo publicado pelo jornal O Globo no início do ano de 1952 evidencia a ideia das favelas vinculadas à ideia de ilegalidade, como já observava a pesquisadora Linda Maria Gondim na década de 1980, ao discutir a estigmatização do favelado no Rio de Janeiro:

Baseada na ilegalidade, no desrespeito à propriedade, a favela está em conflito com a estrutura jurídica da nação. Não é crível que se mantenha na capital do país, por mais tempo, essa condição que não se toleraria nos recantos mais desertos e bravios do sertão [...]. Não é preciso ser sociólogo para perceber os perigos que representa para a cidade esse agudo conflito entre a opulência e a miséria, entre os palácios e os barracos.” (GONDIM, 1982, p. 31)

Ainda segundo a autora, o apelo midiático pelos modos de vida nas favelas continua com o passar dos anos, e tem seu ápice justamente a partir da década de 1980. Os conteúdos produzidos pela mídia tradicional, que, segundo ela, são historicamente feitos pelas elites para as elites, encontrou nos morros terreno fértil para a propagação das ideias segregacionistas que existiam desde o tempo dos cortiços. Tornou-se comum caracterizar as favelas como local de violências, fonte de doenças e reduto de vagabundos e bandidos, como assinala Rocha:

Ainda no início do século XX, as descrições realizadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais já carregavam consigo ideias estereotipadas sobre as favelas. Os morros da cidade eram vistos como locais perigosos e refúgios de criminosos, e, na imprensa e em documentos oficiais, surgia a associação entre o termo favela e a imagem de perigo e desordem. Ou seja, a favela é percebida como um problema praticamente no momento em que surge, a partir da ocupação do Morro da Favella (hoje Providência). (ROCHA, 2017, p. 10).

Essa caracterização dos moradores de favelas como marginais teve respaldo da legislação vigente no início do século XX – que considerava *vagabundo* todo aquele que não tivesse domicílio fixo, posição na qual se encontravam os favelados à época, segundo Rocha. Da mesma forma, havia o crime de vadiagem, caracterizado pela ociosidade atribuída às pessoas sem renda. Concluía-se que esse segmento assegurava sua subsistência por vias ilícitas. Ambas as leis se aplicavam, por norma, a moradores de favelas – pois, além de não possuírem residências fixas, regulamentadas pela lei, eles encontravam dificuldade ao tentar ocupar vagas de trabalho, conforme aponta a pesquisadora Sílvia Hunold Lara (1998).

Os preconceitos arraigados na caracterização das favelas e favelados como “Outros” evidenciam-se até nas pesquisas de opinião pública, como aponta Rocha (2017), ao acionar o levantamento feito pelo Instituto Data Popular em 2015. O relatório da pesquisa indicava que 69% dos entrevistados do “asfalto” sentem medo ao passar diante de uma favela, que 51% afirmaram que as primeiras palavras que associam à favela são *violência* e *droga*, e que 47% dos entrevistados nunca contratariam pessoas faveladas para trabalhar dentro de suas casas. Estudiosos como Gondim, por exemplo, há muito acusavam a estigmatização dupla dos moradores da favela não apenas em função dos lugares que habitam, mas também da renda que define sua situação econômica:

É importante deixar claro que o atributo "favelado" não se esgota na mera situação geográfica, estando associado a uma condição de pobreza e a uma relação de subordinação na estrutura social, as quais, em última instância, permitem a sua manipulação. Entretanto, é preciso chamar atenção para as simplificações que reduzem a condição de favelado à pobreza e outras características dela decorrentes. Se existe um estigma para os pobres em geral, no sentido de uma classificação por atributos negativos associados à sua condição social, então a situação de morar em favela é vista como um adicional a esses atributos e o favelado é duplamente estigmatizado. (GONDIM, 1982, p.32)

Essa questão do estigma – e as simplificações dela decorrentes – são aspectos caros neste trabalho, pois estão no cerne nos relatos jornalísticos sobre as favelas, a partir de enquadramentos específicos. Na pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em 2007, os jornalistas ouvidos admitiram que os veículos de comunicação no qual trabalham contribuem para a representação das favelas como espaços de violência. Esse é um fato que, para Rocha (2017), é inquietante, pois, a restrição do número de enquadramentos pode reduzir a possibilidade de os cidadãos elaborarem suas próprias opiniões a partir da comparação dos diferentes aspectos e perspectivas do fato.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para observar e discutir a cobertura feita pelo JN sobre a chacina no Jacarezinho, recorreremos à análise de enquadramento a partir das reflexões desenvolvidas por Mauro Porto, que propôs alguns adendos a essa metodologia. Porto argumenta que o conceito de enquadramento – e a teoria que o sustenta – podem ser aplicados a variados estudos, em diferentes áreas, o que, em alguns casos, acabou por resultar em abordagens superficiais. A fim de aprimorar as aplicações desta teoria e apresentar caminhos para aperfeiçoá-la, Porto sugeriu maior especificação dos níveis da análise pretendida e a identificação das principais controvérsias e dos enquadramentos a elas relacionados, proporcionando um exercício mais sistemático.

Também foram acionadas as autoras Fernanda Vasques Ferreira e Dione Oliveira Moura. Dialogando com Porto, elas recorreram a esse tipo de análise em veículos noticiosos específicos como estratégia para chamar atenção para situações particulares, sugerindo explicações e avaliações sobre os fatos noticiados. Para elas, a partir dos enquadramentos empregados em determinadas notícias, pessoas comuns podem criar novos quadros interpretativos da experiência social. Esses enquadramentos podem ser morais, dramáticos e/ou violentos.

Assim, a teoria do enquadramento surgirá, neste capítulo, como instrumento de análise, mas também como ferramenta para a identificação dos recortes observados nas edições do Jornal Nacional de 06, 07, 08, 11 e 13 de maio de 2021.

4.1 – A cobertura e os enquadramentos

As edições selecionadas para a análise dizem respeito à cobertura feita pelo JN sobre o massacre no Jacarezinho na primeira quinzena do mês de maio de 2021. No dia do ocorrido, 6 de maio, a chamada que marca o início do telejornal faz notar a violência que tomou conta da cidade do Rio de Janeiro ao longo de quase nove horas daquela quinta-feira. A morte de 25 pessoas é mencionada como consequência de uma operação policial contra o tráfico de drogas. Os apresentadores Fábio Fachel e Mariana Gross trouxeram, já na chamada, a seguinte fala: “Segundo a polícia, se tratavam de 24 criminosos e um policial civil.”

A matéria do dia 6 começa com uma contextualização e descrição da favela do

Jacarezinho. É apresentada a sua localização (zona norte do Rio de Janeiro) e sua população de quase 38 mil pessoas que convivem diariamente com os efeitos dos frequentes confrontos entre policiais e criminosos. A articulação da Polícia Civil, que começou nas primeiras horas da manhã, e também a suspensão das aulas e da vacinação contra a Covid-19, naquele dia, foram noticiadas em sequência.

O jornal, ao mostrar imagens de uma granada atirada na região, informou que os moradores se depararam com uma situação “absurda” ao saírem de casa. A fala da polícia, fundada no argumento de que as forças de segurança teriam encontrado bastante resistência dos criminosos ao adentrar o morro, é apresentada logo em seguida. Imagens feitas pelo helicóptero da Globo mostraram um grupo de homens saltando de casa em casa para escapar da polícia. O repórter os classificou como “grupo de bandidos”.

Um vídeo amador apresentado na sequência mostra um grupo de mulheres conhecidas como “mães de Manguinhos” diante da polícia, quando são abordadas as denúncias de abusos e as execuções por parte dos policiais. Em seguida é acionada a participação de Jurema Werneck, diretora da Anistia Internacional Brasil. Ela conta que o órgão recebeu incontáveis denúncias de violações de direitos após a ação policial na comunidade. A este relato, segue-se a entrevista de Maria Julia Miranda, coordenadora de Direitos Humanos da Defensoria Pública, que fala do choque que experimentou ao chegar à favela e encontrar poças de sangue nas ruas e nas moradias, além das paredes das casas perfuradas por balas.

O jornal apresenta, então, a justificativa da PC para a realização da operação. De acordo com a corporação, a ação foi executada com base em uma denúncia feita pelo Ministério Público, que pediu a prisão de 21 suspeitos, e em uma investigação sigilosa que trata do aliciamento de menores para o tráfico de drogas. O repórter Paulo Renato Soares, em sua passagem⁸, caracterizou a operação policial como a mais letal da história do Rio de Janeiro. Apesar das mortes, a polícia não havia apresentado a identificação dos suspeitos. Disseram apenas que havia mandados de busca e apreensão para três deles.

A partir de então, surge a imagem do policial civil André Leonardo de Mello Frias, o agente Frias, que foi morto após levar um tiro na cabeça durante a operação no Jacarezinho, aos 48 anos de idade. O jornal faz uma breve descrição de sua função na polícia. Foram exibidas, também, imagens gravadas de dentro do metrô mostrando o desespero dos usuários do transporte e de duas pessoas que foram alvejadas por balas perdidas. Há, em seguida, um corte para imagens de policiais se escondendo atrás de postes e avançando rumo à favela. Neste momento, o repórter indica a possibilidade de uma troca de tiros no local.

⁸ Terminologia do telejornalismo para indicar o momento em que o repórter dá a informação enquadrado pela câmera.

Jurema Werneck é acionada novamente. Desta vez critica a política de segurança pública do Rio de Janeiro. Depois dela, é ouvido o subsecretário operacional da Polícia Civil, Rodrigo Oliveira, que explica: “Não estamos comemorando o resultado da operação, mas muitas armas foram apreendidas. Não vamos nos furtar de garantir à sociedade de bem o seu direito de ir e vir, além de que não é razoável supor que menores sejam coagidos pela criminalidade”. A declaração do delegado Felipe Curi complementa a do subsecretário ao ressaltar que os 24 mortos eram criminosos, bandidos e traficantes – e não “suspeitos”.

Em oposição às falas anteriores, a reportagem apresenta o argumento de Joel Luiz Costa, o advogado que cresceu no Jacarezinho e hoje atua na causa dos direitos humanos na comunidade. Joel aparece chorando ao relatar o episódio e ao criticar as políticas de segurança pública do Rio.

Ao retomar a narrativa, o âncora Fachel diz que alguns dos especialistas em segurança pública criticaram as ações da polícia na favela. Há, neste ponto, o resgate de um passado não muito longínquo, que começa no ano de 2007, quando ocorreu a chacina do Pan, com 19 mortos no complexo do Alemão. O ano de 2019 também é retomado para lembrar outra chacina, desta vez nos morros do Fallet e Prazeres, que deixou 13 mortos. Aciona-se, ainda, o ano de 2020, quando ocorre a chacina no Complexo do Alemão, realizada a partir de uma ação das Operações Policiais Especiais (BOPE) e a Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme). A operação tinha o objetivo de localizar um esconderijo de drogas, munições e armas na favela, e resultou em 12 vítimas.

A cobertura também aponta que operações policiais de rotina em comunidades foram suspensas, durante a pandemia, pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal – exceto em casos excepcionais. Logo depois são apresentadas declarações de representantes da PC que, em entrevista, garantem ter seguido todos os protocolos de segurança exigidos pelas leis vigentes. O JN apresentou também a nota do então governador do estado do Rio, Cláudio Castro (PSC), que lamentou as vidas perdidas e garantiu que a ação foi baseada em um trabalho de investigação de dez meses. A nota informa, ainda, que todos os locais onde houve mortes foram periciados.

Os especialistas em segurança pública que foram ouvidos durante essa cobertura condenaram os resultados da operação e criticaram a ação da PC. Por outro lado, o subsecretário Rodrigo Oliveira, da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop-RJ), acusou, em entrevista, a existência de “um ativismo judicial”, que “dificulta as ações da polícia e provoca o fortalecimento da criminalidade”. O JN destacou, ainda, a repercussão internacional

do acontecimento e as críticas feitas pelos jornais estrangeiros à política de segurança pública no Brasil.

Já em 7 de maio, o jornal usou 21 dos 54 minutos de duração daquela edição para repercutir o massacre no Jacarezinho. Na chamada, houve menção às 28 mortes confirmadas, às manifestações na região e às denúncias de abusos, além de um destaque sobre a falta de esclarecimentos por parte da polícia acerca dos nomes dos envolvidos e dos eventuais crimes cometidos pelas vítimas.

O início da reportagem é marcado pela fala de um morador não identificado que diz ter presenciado uma execução dentro de sua casa. As imagens, sobrepostas ao relato, são do quarto de uma criança. O lugar tem marcas de sangue por todos os lados. Outros vídeos e relatos de mesmo teor foram exibidos. Relatos de representantes da PC são justapostos aos anteriores e, neles, os policiais argumentam que as forças de segurança não entram em favela para matar – e que a única execução, durante a operação, foi a do policial morto em ação. O repórter Paulo Renato Soares, então, informa que, segundo a polícia, a favela do Jacarezinho é dominada pela maior facção criminosa do RJ e que a PC entrou na comunidade para cumprir mandados de prisão contra 21 traficantes. Ressalta, ainda, o aparato de 200 agentes, de veículos blindados e de dois helicópteros. Em seguida, enfatiza o resultado da operação, que teria apreendido 38 armas (6 fuzis, 14 granadas e munição de armamento antitanque).

Novamente é veiculada a declaração do subsecretário Rodrigo Oliveira, que caracteriza como “ativismo judicial” a decisão do STF, o Supremo Tribunal Federal, em proibir operações policiais em favelas durante a pandemia. Desta vez, o subsecretário sugere que o sangue do agente morto na operação está nas mãos dos ministros envolvidos. Na sequência, a palavra é da representante da Defensoria Pública do Rio, Maria Julia Miranda, que questiona a fala do agente, apresentando dados indicadores da alta letalidade que têm marcado as ações da polícia na cidade. Martha Hurtado, porta-voz do alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, também criticou a ação e pediu uma investigação independente para o caso.

O telejornal veiculou, em seguida, um vídeo gravado pelo governador do Rio, Cláudio Castro, no qual ele diz que “a operação foi o fiel cumprimento de dezenas de mandados expedidos pela justiça e que foram mais de 10 meses de investigação que revelaram a rotina de terror e humilhação que o tráfico impõe aos moradores”. Castro também disse que a reação dos bandidos foi a mais brutal registrada nos últimos tempos e que, desde o ocorrido, determinou total transparência ao processo.

A demora para a identificação das pessoas mortas e dos crimes cometidos foi cobrada por representante da Defensoria Pública nesta mesma edição. Até aquele momento, a PC havia identificado os moradores do jacarezinho Richard Gabriel da Silva Ferreira, 23 anos, Rômulo Oliveira Lucio, 29, e Isaac Pinheiro de Oliveira, de 22 anos, que morava em Xerém. Em seguida, o jornal exibe a declaração do então vice-presidente da República, o general de Exército da reserva Hamilton Mourão, que caracterizou os mortos como “bandidos, narcotraficantes e narcoguerrilheiros”. Após esse trecho, Antônio Carlos Costa, presidente da ONG Rio de Paz, questionou o planejamento, os objetivos e o resultado da ação. Também foram exibidos os protestos na porta da *Cidade da Polícia*⁹. Logo depois, a apresentadora do JN, Mariana Gross, lê a nota em que o MP garante que irá investigar possíveis abusos e que cumpre integralmente as determinações do STF. A edição informa, ainda, que a Procuradoria Geral da República também pediu esclarecimentos sobre o ocorrido.

Vários relatos e imagens gravadas por moradores são novamente colocadas no ar para denunciar abusos e assassinatos cometidos por policiais. O jornal informa que lideranças de favelas se reuniram para elaborar um documento que pedirá a elaboração de políticas públicas de educação e de desenvolvimento em áreas dominadas por facções criminosas. O noticiário mostra, então, o enterro e as homenagens prestadas por familiares e amigos ao policial André Frias. Fábio Neira, presidente da Coligação dos Policiais Cíveis (COLPOL-RJ), é ouvido e diz que o único erro da operação consistiu na ação que resultou na morte do policial. Cecília Oliveira, diretora do Instituto Fogo Cruzado – instituição sem fins lucrativos que produz e divulga dados abertos e colaborativos relacionados à violência armada –, é entrevistada e diz que a operação policial que resultou na chacina do jacarezinho foi um fracasso.

Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disse, no noticiário, que é possível identificar e atuar conjuntamente de forma efetiva para combater o tráfico de drogas. Thiago Amparo, professor de direito da FGV, que também é ouvido, ressalta, ainda, que ações como a do Jacarezinho não são efetivas e nem têm respaldo legal.

No dia 8 de maio, o tempo destinado à chacina no Jacarezinho foi de pouco mais de cinco minutos. Na chamada, o destaque foi para o registro de execuções em pelo dez lugares diferentes – e também para a divulgação da lista dos nomes dos mortos, porém sem a ficha criminal ou suspeitas associadas. Familiares das vítimas que se encontravam em frente ao Instituto Médico Legal, na tentativa de reconhecer os corpos, concederam entrevistas ao JN e

⁹ Espaço da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro localizado no Jacaré, Zona Norte do Rio de Janeiro, que abriga 15 delegacias especializadas, a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), cinco órgãos da chefia de Polícia Civil e cerca de três mil agentes.

denunciaram a matança indiscriminada. A lista de mortos foi exibida de forma rápida na tela, sem a leitura dos nomes exibidos. Não houve qualquer menção a não divulgação, pela PC, da ficha criminal dos suspeitos. O repórter informou, ainda, que, da lista das vítimas, somente três nomes constam na investigação que motivou a operação. Novamente, a foto e o nome do agente Frias entram em cena.

O repórter Pedro Figueiredo, em sua passagem, retoma a informação de que foram registradas mortes em pelo menos dez pontos diferentes daquela região – e que apenas dois deles foram periciados. Os registros policiais mencionam a apreensão de armas, e um deles acusa a ocorrência de pelo menos sete mortes, todas elas na mesma rua, ainda que não haja indicativos sobre como esses óbitos se deram. Em outros documentos, novos registros de mortes e apreensões, segundo o repórter. Ele aborda, ainda, outro registro, desta vez de um homem que teria sido encontrado morto em uma cadeira. Não há menção à apreensão de armas ou drogas. A imagem da cadeira com marcas de sangue e caída em um beco da favela é apresentada enquanto o repórter Pedro Figueiredo fala sobre os registros policiais feitos a partir do episódio. Outros cinco documentos, de acordo com a reportagem, mencionam as pessoas que foram mortas dentro de casas da região.

Nesta cobertura, os policiais justificaram a entrada nessas casas como algo necessário para que as famílias fossem liberadas de forma a evitar eventuais mortes diante da possibilidade de troca de tiros. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do RJ (OAB-RJ), Álvaro Quintão, disse que nem todos eram bandidos e que a Defensoria Pública teria pedido uma investigação independente do caso. No final da matéria, imagens de funcionários de lojas arrumando e reconstruindo objetos somam-se à fala do repórter, que descreve a retomada das atividades naquela região, após a tragédia.

No dia 10, o destaque foi a divulgação dos antecedentes criminais dos 27 homens mortos. Um relatório elaborado pela Subsecretaria de Inteligência da Polícia Civil demonstrou o envolvimento de 25 deles em ações criminosas. Os outros dois, um deles menor de idade, estariam envolvidos com o tráfico, segundo familiares. A morte do policial civil foi mais uma vez mencionada.

Pela primeira vez, as fotos das vítimas foram divulgadas – porém, desassociadas de seus respectivos nomes. Na lista constavam crimes relacionados ao tráfico, posse e uso de drogas, roubo, porte ilegal de armas, receptação, lesão corporal e desacato. Os âncoras do jornal recordam que a polícia havia dito, anteriormente, que todos tinham ficha criminal e que uma das motivações para a ação seria o aliciamento de menores à criminalidade – mas que, naquela operação, morreu um menor que nunca havia se envolvido com o crime. Entretanto, a

notícia também informa que, em outro relatório divulgado pela corporação, constava que esse menor era usuário e vendia drogas, de acordo com depoimentos de familiares. A polícia apresentou um argumento semelhante sobre outro jovem, sem ficha criminal, morto na operação. Esses documentos não mencionaram como as mortes se deram, mas traziam relatos de moradores sobre as cenas que presenciaram. Esses depoimentos, no entanto, estariam incompletos, segundo a reportagem.

Vídeos caseiros e denúncias de execuções feitas pelos moradores também foram veiculados nesta edição. Felipe da Silva Freitas, pesquisador do Núcleo de Justiça Racial da FGV, em entrevista, lembra que uma eventual participação de quem quer que seja em ações ilegais não autoriza as mortes no Brasil. Em seguida, a notícia enfatiza que a PC nega as execuções e garante que os policiais foram recebidos a tiros. Imagens de poças de sangue em ruas e casas ilustraram as falas do repórter, que menciona a morte de 20 suspeitos nas ruas e outros 7 dentro de casas. Novamente, a reportagem aborda denúncias de abusos, de execuções e de adulteração das cenas dos crimes.

No dia 11, o jornal enfatizou a força tarefa criada pelo Ministério Público do Rio para investigar a operação no Jacarezinho. O JN apresentou uma lista com os pontos que deveriam ser investigados: (a) se houve abusos e execuções por parte dos policiais, (b) se as cenas dos crimes foram modificadas, (c) a morte do policial, (d) a tentativa de homicídio por parte de outros agentes e duas outras tentativas de homicídio contra passageiros do metrô.

O JN fez uma pequena retrospectiva do caso e adicionou a informação de que o MP precisaria de, no mínimo, quatro meses para investigar o caso. Durante toda essa edição, imagens de poças de sangue pelo chão e marcas pelas paredes eram sobrepostas. Uma fala do promotor foi utilizada para explicar os procedimentos a serem adotados durante toda a investigação. O secretário de Polícia Civil do Rio está entre as fontes ouvidas e, em entrevista, defendeu a ação e disse apoiar as investigações. O governador Cláudio Castro aparece durante uma coletiva em que também defendeu a ação policial e prometeu transparência e justiça.

No último dia de cobertura, 13 de maio, O JN estabeleceu, em menos de um minuto, uma ligação entre a violência policial no Jacarezinho e as manifestações em prol de causas raciais e sociais por ocasião dos eventos que, naquele dia, marcaram o aniversário da assinatura da Lei Áurea.¹⁰ O apresentador do JN, Flávio Fachel, leu um curto resumo sobre os atos que ocorreram em diversas capitais, inclusive no RJ. Na capital fluminense, as manifestações marcaram, também, uma semana da chacina do Jacarezinho.

¹⁰ (Lei nº 3.353), sancionada pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, no dia 13 de maio de 1888, concedeu liberdade aos escravos que ainda existiam no Brasil

4.2 – Descrição do quadro

O exercício analítico proposto exigiu um desenho específico do quadro construído para melhor visualização das edições trabalhadas. Assim, foram elencados alguns dados centrais para informar a maneira como os conteúdos foram distribuídos em cada uma dessas edições. Por isso são importantes os elementos que dizem respeito à data das edições examinadas, o tempo total de duração das matérias, o tempo total de duração do jornal, o lead, as representações da morte, os vocábulos empregados pelo jornal (e pela polícia, por representantes populares e de direitos humanos) e o fechamento da matéria.

O quadro mostra que na segunda-feira, 6 de maio, o JN durou 00:54:22, sem contar as pausas para o intervalo comercial. A abordagem sobre o massacre se deu entre 00:23:03 e 00:38:32, totalizando 15 minutos e 28 segundos. No lead, os apresentadores Flávio Fachel e Mariana Gross anunciaram que, por nove horas, moradores do Rio viveram momentos de terror devido ao conflito, além de indicar que houve 25 mortos na operação. A escalada complementa o lead, ao sinalizar que “25 pessoas morreram numa operação policial contra o tráfico de drogas”, a mais violenta da história do estado. Das 25 pessoas, segundo a polícia, 24 eram criminosos e um era policial.

Nesse desenho, a morte é representada pela maneira como os moradores relatam o que presenciaram. Há menção às execuções dentro das casas, poças de sangue, corpos jogados nas ruas e dentro das residências e pessoas mortas sem chances de defesa. São descrições importantes, que ajudam a demonstrar a composição do cenário relatado. O quadro também mostra os termos: *criminosos* (3 vezes) e *grupo de bandidos*, para as referências aos rapazes que fugiram do cerco da polícia. Já os termos usados pela polícia foram: *criminosos*, *bandidos*, *traficantes* e *homicidas*, para fazer referência aos homens presos e mortos na operação. Já os representantes da comunidade recorreram ao termo “inaceitável” para caracterizar a ação. O fechamento da matéria destacou que o caso foi notícia na imprensa internacional e que especialistas e ativistas dos direitos humanos criticaram a operação. Também foram inseridas algumas declarações dos moradores em protesto contra a ação policial.

A estrutura revelada pelo quadro mostra, também, que, no dia 7 de maio, o JN teve 00:54:36. Desse total, 21 minutos e 24 segundos foram usados para tratar do massacre no Jacarezinho. No lead, os apresentadores informavam: “Subiu para 28 o número de mortos na operação mais letal da história do estado do Rio de Janeiro ontem, na favela do Jacarezinho.

Moradores voltaram a acusar policiais de executar suspeitos”. A escalada destaca o aumento do número de mortos de 25 para 28 mortos. Além disso, questiona o fato de a polícia civil não ter divulgado o nome dos mortos – embora tenha se referido a esses mortos como *bandidos*. A morte em si está muito presente não apenas nas figuras das 28 vítimas, mas na maneira como grande parte das pessoas perdeu a vida: dentro das casas e na frente de testemunhas diversas. Além disso, é importante observar que, durante a veiculação, pelo jornal, das homenagens prestadas ao policial morto durante o seu velório, falas como “o policial faleceu em prol da sociedade” e “a execução é no momento que o colega (policial) toma um tiro” demarcaram o posicionamento da polícia civil diante do fato.

Essa configuração evidenciada pelo quadro também demonstra que o JN usou os termos “terror” para tratar do caso e “bandidos” para falar sobre moradores e vítimas. Outros vocábulos também aparecem em destaque, tais como *brutal* (utilizado pelo governador do Rio, Cláudio Castro, para classificar a reação dos “bandidos”), *tudo bandido* (usado pelo vice-presidente da república, Hamilton Mourão, para se referir às vítimas) – sem falar de substantivos bastante pontuais, tais como narcotráfico e narcoguerrilha. O quadro registra ainda palavras como “violadora”, “meliante” e “ineficiente”, utilizadas pelos populares que falaram sobre a ação policial. Nessa estrutura, muitos são os termos que sustentam a fala de Thiago Amparo, professor de direitos humanos da FGV Direito SP, que questiona a ação da polícia, a política antidrogas no país resulta e o grande número de jovens negros mortos nesse tipo de embate.

No dia 8 de maio a cobertura começa a perder força. Na data, o JN tem a duração de 00:39:38 minutos e o tempo destinado para tratar sobre o caso foi de 5 minutos e 4 segundos. No lead e na escalada o destaque é a divulgação, feita pela PC, dos nomes dos mortos. Nenhuma imagem foi vinculada aos nomes das vítimas, exceto pelo policial. Novamente, a polícia caracteriza os moradores do jacarezinho, mortos na chacina, como bandidos. No fechamento da matéria os apresentadores indicam que a lista de nomes das vítimas pode ser encontrada em g1.com.

Na segunda-feira, 10 de maio, o tempo total de duração do telejornal foi de 00:50:48, já o tempo destinado para tratar sobre o massacre no Jacarezinho foi de 5 minutos e 34 segundos. No lead e na escalada, os antecedentes criminais das 27 vítimas, com destaque para a confirmação de que 25 tinham passagem e 2 estavam envolvidos com o tráfico, segundo a família, foi destaque.

A representação da morte é feita a partir da exibição de sangue, perfurações em imóveis e falas de moradores. O JN usou o termo “suspeitos”, não mais “bandidos” para se referir aos mortos e presos. Representantes do Estado (polícia), os caracterizavam como criminosos. Representantes populares usaram a expressão “injustificada”, para caracterizar a ação policial.

No dia 11, a duração total do JN, foi 00:51:50 e o tempo destinado a tratar da chacina no Jacarezinho foi de 3 minutos e 24 segundos. O lead e a escalada trazem a informação de que o MP do Rio criou uma força-tarefa para investigar a operação. Quanto à representação da morte, a PC enfatiza que a primeira morte foi o Policial Frias. O JN volta a usar a expressão “criminosos” para falar sobre as vítimas e presos. No fechamento da matéria, houve a divulgação da fala do governador Cláudio Castro em defesa da polícia.

Em 13 de maio, o JN teve a duração de 00:56:10, na ocasião o tempo destinado para lembrar o caso foi de 41 segundos. No lead, o aniversário de 133 da assinatura da lei áurea foi noticiado junto das manifestações que ocorreram em todo o país pelo fim do racismo e desigualdades sociais.

4.3 Exercícios analíticos

Como exercício complementar de verificação, é interessante olhar para alguns detalhes da configuração do quadro analítico no Apêndice, no intuito de demonstrar a organização das informações que dão corpo aos enquadramentos utilizados pelo JN para tratar do tema em questão, durante as datas selecionadas.

Nas colunas, estão elementos importantes para nortear essa análise: data e duração total da edição, duração da reportagem analisada, o lead, a escalada, a representação da morte, vocábulos empregados pelo telejornal, pelos representantes do Estado e por populares/apoiadores, além dos conteúdos que marcam o fechamento da matéria. Cada item da tabela é utilizado com uma finalidade específica: ora para contextualizar os acontecimentos no tempo e espaço, ora para identificar a forma como o jornal trata do tema, os destaques, os termos utilizados na identificação dos personagens, a forma como a morte dos indivíduos é colocada e qual tipo de recorte marca a narrativa no momento em que a matéria é encerrada.

Como se pode ver, um quadro foi construído para cada edição. Desta forma, foi possível acompanhar as escolhas feitas durante o processo de elaboração de cada matéria.

Desintegradas, elas evidenciam as nuances de cada dia de cobertura e a forma como foi articulado o fazer jornalístico e a mensagem construída.

Nos espaços destinados à representação da morte – falas ou imagens que remetem diretamente ao óbito dos envolvidos –, são mencionados os relatos de moradores sobre execuções, as imagens exibidas (de poças de sangue em ruas e casas, justapostas a representação da morte do policial, que desde o primeiro dia foi colocado como uma pessoa à parte, merecedora de destaque especial). Durante cinco dias de cobertura, a forma como a morte de 28 pessoas foi representada pelo JN remeteu o espectador à brutalidade. Em nenhum momento o jornal mencionou os nomes de todos os moradores do Jacarezinho que perderam a vida naquele dia. Uma única edição apresentou as fotos – e apenas as fotos – de todos eles. Como já se mencionou aqui, o tratamento dado ao policial morto durante a operação foi outro. Desde o primeiro dia, a morte do agente de segurança foi noticiada com destaque, como pode ser observado na escalada do dia 6 de maio, na qual os apresentadores identificam 24 mortos como criminosos e um policial civil.

Ao longo dos demais dias, a execução de 28 homens é colocada como algo abstrato. Nenhum deles tem nome, rosto ou ficha criminal. O agente Frias, entretanto, é colocado pelos colegas como a única vítima da operação. O JN veiculou, no dia 7 de maio, homenagens prestadas por policiais, familiares e amigos ao agente. Já os mortos que moravam no Jacarezinho seguiam sem identificação.

Nesse formato, o quadro analítico evidencia alguns aspectos singulares dessa cobertura. É possível observar, por exemplo, a diminuição do tempo destinado ao assunto no decorrer dos dias. No dia 6, o tempo destinado à cobertura, como já observado, foi superior ao tempo reservado habitualmente às pautas. Foram mais de 15 minutos usados para tratar daquele assunto. Nessa data, a contextualização do tema em espaço geográfico, tempo de duração da operação, a violência e a quantidade de vítimas foram alguns dos destaques.

No primeiro dia de cobertura, o lead e a escalada trouxeram falas que remeteram ao medo instaurado no Rio diante “a guerra as drogas”. O repórter e apresentadores do JN usaram os termos “grupo de bandidos” para falar dos homens que fugiram da polícia e “criminosos”, por três vezes, para se referir às vítimas. Procurados pelos profissionais da imprensa, representantes do Estado – da Polícia Civil – utilizaram os termos “criminosos bandidos, traficantes e homicidas” para falar do fato. Moradores utilizaram o termo “inaceitável” para falar da operação. O fechamento da matéria trata da repercussão internacional do caso.

No segundo dia de análise, o tempo destinado ao caso foi superior a 20 minutos e a atualização do número de mortos – de 25 para 28 – foi o destaque trazido no lead e na

escalada. Até esta data, os nomes dos mortos ainda não haviam sido divulgados – com exceção do nome do agente policial atingido. Parte da matéria foi composta pelas homenagens feitas a esse policial morto na ação. Novamente, o telejornal empregou o adjetivo “bandidos” para se referir aos mortos, enquanto os representantes do Estado utilizaram termos e expressões como “brutal” ou “tudo bandido”, assim como as palavras “narcotráfico” e “narcoguerrilha”, para se referir aos moradores mortos.

Representantes populares e representantes de instituições que defendem os direitos humanos empregaram as palavras “violadora”, “chacina”, “barbárie”, “falido” e “ineficiente” para caracterizar a ação e o sistema que a valida. Além disso, empregaram os termos “meliante” e “criminosos” para falar sobre os agentes da polícia e os atos executados por eles. O fechamento da matéria traz uma crítica à ação e comentários sobre a gravidade da situação feitas por Thiago Amparo, professor e pesquisador de Direitos Humanos da FGV SP.

Como já se registrou aqui, o destaque do terceiro dia de cobertura foi a divulgação dos nomes dos mortos – enfatizando que essa única menção é feita a partir da exibição de uma lista que passa rapidamente pela tela, sem que seja lida por âncoras ou repórteres. Outro ponto de destaque é a revelação de que ocorreram mortes em pelo menos dez pontos diferentes da favela. Nesse dia, o tempo de duração da matéria cai para aproximadamente cinco minutos. Embora o jornal não tenha empregado quaisquer vocábulos para caracterizar os elementos da história, os representantes do Estado ouvidos como fontes usaram novamente a expressão “bandidos” para tratar dos mortos. Os moradores qualificaram a ação policial como “chacina”. O fechamento da matéria traz uma chamada para o *Fantástico* e para o *Gl.com*.

No quarto dia, a lista com a ficha criminal das vítimas foi o tema central da matéria que durou pouco mais de cinco minutos. O lead e a escalada informaram que 25 dos mortos tinham passagem e 2 estavam envolvidos com o tráfico. O JN adjetivou os mortos como “suspeitos”. Já os representantes do Estado ouvidos os chamaram de “criminosos”. Por sua vez, os representantes populares caracterizam a ação como “injustificada”. O fechamento da matéria indica que autoridades do estado do Rio de Janeiro não quiseram gravar entrevistas e que tudo será esclarecido no decorrer das investigações, segundo a polícia civil.

No quinto dia, o telejornal destinou pouco mais de três minutos ao caso. O destaque foi a força-tarefa criada pelo MP para investigar o episódio. O JN volta a adjetivar os mortos como “criminosos”, enquanto representantes populares e do estado não mencionam qualificações. O fechamento da matéria traz a fala do governador Cláudio Castro, que diz que não haverá pré-julgamento em relação aos policiais envolvidos.

Na matéria, o governador lembrou que o primeiro morto e primeiros feridos eram agentes de segurança, assegurando a realização de uma investigação rigorosa e justa sobre o

caso. No último dia de cobertura a escalada não trouxe informações sobre a chacina e o lead informou sobre manifestações que marcaram uma semana da chacina do jacarezinho no RJ e outras manifestações pelo país em comemoração aos 133 anos da assinatura da Lei Áurea. São aspectos que, por si só, reforçam aquilo que a análise aqui empreendida demonstra: os estigmas, o preconceito, a marginalização da pobreza e os vícios presentes na cobertura noticiosa das tragédias que acometem as parcelas menos favorecidas da população brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram analisados os enquadramentos produzidos pelo Jornal Nacional nos seis dias de cobertura da chacina do Jacarezinho, em maio de 2021. São enquadramentos midiáticos que, segundo pesquisadores do jornalismo e da área de segurança pública, marcam há muito, e de modo geral, a cobertura midiática na área de segurança pública no país. Aqui, no entanto, tratamos de algumas particularidades identificadas nos relatos produzidos pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. No caso examinado, a emissora, a partir desses enquadramentos, trabalhou um padrão hegemônico no processo de construção das notícias sobre violência policial na favela do Jacarezinho. Nesse percurso, analisar os enquadramentos trabalhados pelo JN nas edições analisadas revelou-se importante para evidenciar os processos descritos pelo pesquisador Robert Entman ainda na década de 1990. Para ele, os enquadramentos produzidos “iluminam a forma precisa através da qual a influência sobre a consciência humana é exercida pela transferência (ou comunicação) da informação de uma localização (seja um discurso, elocução, reportagem, novela) para aquela consciência” (ENTMAN, 1993, p.53). Ou seja, tais enquadramentos são capazes de influenciar a forma como o público irá se posicionar diante dos acontecimentos noticiados.

Chacinas continuam acontecendo no estado do Rio de Janeiro após o fatídico dia 6 de maio. Num intervalo de pouco mais de um ano do governo de Cláudio Castro (PL), três das cinco chacinas mais letais da história do estado aconteceram. Ao todo, nessa gestão de Castro

– reeleito no primeiro turno das eleições de 2022 –, ocorreram 76 chacinas policiais e 348 mortes. A recondução de Castro, com 58,7% dos votos válidos em 2 de outubro, parece um sinal de que aquilo que as forças policiais e autoridades públicas do Estado chamam de “guerra às drogas” – e que resulta na matança de pessoas faveladas – é bem aceita pela população fluminense. Portanto, pensar os enquadramentos na concepção de Entman nos faz refletir sobre a influência das perspectivas da mídia no pensamento das sociedades – principalmente no campo da política, pois, por meio dos enquadramentos, o JN sugeriu ao telespectador uma forma de interpretar os fatos. Uma forma que castiga pretos e pobres.

Após descrever e analisar as edições, essa monografia concluiu que o telejornal deu mais visibilidade às falas dos policiais (e dos representantes do estado com discurso alinhado ao da polícia) do que dos moradores e seus aliados na luta por direitos humanos e sociais. Nas edições analisadas, observa-se a construção de materiais que apostaram na ideia do medo instaurado no estado do RJ diante da “guerra às drogas”, assim como em argumentos usados

pela polícia para justificar a matança. A posição dos moradores também foi considerada nas reportagens, mas é importante frisar que, em nenhuma das edições analisadas, as falas dos moradores nortearam o lead, a escalada ou o fechamento das matérias. Todavia, os comunicados emitidos pela polícia apareceram quatro vezes no lead e uma vez no fechamento da matéria. O estudo também mostra que, em pelo menos duas edições, as falas do governador Castro em apoio à Polícia Civil é que fecharam as matérias.

Para a realização do trabalho foi preciso recorrer aos conceitos de enquadramento, mas também de segurança pública. Foi preciso, ainda, atenção especial à forma como a mídia tradicional aborda essa temática. Por isso mesmo, autoras como Silvia Ramos e Anabela Paiva, pesquisadoras do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, foram acessadas. Também foi necessário recorrer a estudos sobre os conglomerados de mídia nacional e seus interesses na manutenção da hegemonia – interesses que, na prática, muitas vezes comprometem a produção de notícias decorrentes de pautas realmente bem apuradas (principalmente nas áreas periféricas do país).

O processo de realização da pesquisa em si foi desafiador. A escolha do tema surgiu em função do contexto crítico que marcou a história do país a partir de 2020, com o aparecimento do Coronavírus e, ao mesmo tempo, com o descaso dos órgãos públicos do governo de Jair Bolsonaro diante do grande número de mortos. Manter o distanciamento necessário para elaboração de um trabalho claro e sistêmico – apesar do caos instaurado pela Covid-19 e dos desmandos do governo federal – foi um dos maiores desafios desse trabalho, desde o início. O esforço, no entanto, foi compensador. Trata-se de uma pesquisa importante para o atual contexto social do Brasil, um país não poucas vezes marcado por conflitos entre a mão armada do Estado e os povos marginalizados. A mídia, como bem observam Sílvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p.79), privilegia a cobertura de bairros nobres e suas proximidades, exceto em casos de massacre. Não por acaso, as pesquisadoras argumentam que as coberturas sobre segurança pública no Brasil precisam de mais qualidade – e que isso só ocorrerá quando os veículos de mídia passarem a planejar e a investir em temáticas importantes também para as parcelas mais vulneráveis da população.

Nesse sentido, o tema tratado neste estudo relaciona-se ao desejo de que o pensamento crítico guie os processos jornalísticos. De que os enquadramentos midiáticos diante de ações policiais sanguinolentas sejam colocados em discussão e que se possa refletir sobre os efeitos desse tipo de abordagem sobre a sociedade brasileira. Espera-se também que esse trabalho contribua e provoque debates variados sobre o papel da TV aberta, da mídia tradicional e do jornalismo policial no cotidiano do povo brasileiro.

ABREU, Jonas. A invenção da favela industrial. Pistas da história, memória e identidade do Jacarezinho. *Revista Ambivalências*, Sergipe, v.8, n.15, p. 262-300, jan-jul 2020. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/14258> . Acesso: 3 mai 2021

ALVARENGA FILHO, José Rodrigues. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 111-117, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/LFYPRNLDPMwSbWHXcFSDjYd/abstract/?lang=pt> . Acesso: 17 jun 2021

BEATO, Cláudio. A mídia define as prioridades da segurança. In: Paiva, Anabela; Ramos, Silva (Org). **Mídia e Violência: tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. p.35-38

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Revista Ciência Saude Coletiva**, 4(1), p.53-69, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/F8JZF8kmYgdmsS3PdFtLCPt/abstract/?lang=pt> . Acesso: 12 dez. 2020

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, 1993, p. 51-58

FERREIRA, Fernanda Vasques; MOURA, Dione Oliveira. A presença de oscilações no enquadramento midiático e de interpretações fragmentadas na cobertura do consumo de crack. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 431-443, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1912> . Acesso: 17 mar 2021.

FRIDMAN, Luis Carlos. Morte e vida favelada. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 77-98.

GAMBÔA JR., Eduardo Stelmann; DORNELLES, João Ricardo Wanderley. **Pânico na Guanabara: gestão do medo e poder punitivo**. Rio de Janeiro, 2016. 126p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GOMES, Itania M.M. et al. Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional da Rede Globo. **V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, de 5 a 9 de setembro de 2005. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p.1-15. Disponível em: <http://tracc-ufba.com.br/wp-content/uploads/2016/10/TC-IG-03.pdf> . Acesso: 4 nov. 2021

GONDIM, Linda Maria de Pontes. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.12/13, n.1/2,

1981/1982, p.27-44. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9716> . Acesso: 16 mar. 2020

JODELET, Denise Processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan (ed.). **As artemanias da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 53-66.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, nº 16, 1998, p. 25-38.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2017 (Coleção Clássicos de Comunicação Social).

MAGALHÃES, A. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 2-20, 2021

MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: _____. **Crime e violência no Brasil contemporâneo** – estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006. Cap.1.

_____, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 8(3), 2008, p. 371-385.

OLIVEN, R.G. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MATOS, Rita de Cássia A. **O paroxismo do sonho: um estudo sobre a exclusão social no Jornal Nacional**. Salvador : EDUFBA, 2009. 240p.

PARK, Jowon. Contrasts in the coverage of Korea and Japan by US television networks: a frame analysis. **International Journal for Communication Studies**, Londres; Thousand Oaks; Nova Deli, v. 65, n. 2, p. 144-164, 2003.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino C. (org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador : Edufba, 2004.p.73-104. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/134> . Acesso: 25 abr. 2020

RAMOS, Fabiana; NOVO, Helerina. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. **Revista Estudos de Psicologia**, 8 (3), 2008, pp. 491-497.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2004.

RIFIOTIS, Theophilos. A denúncia da violência policial: o caso Favela Naval (Diadema). **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, 1999.

ROCHA, Daniela Guedes. Imagens cristalizadas: a construção dos estereótipos sobre as favelas. **Revista Mídia e Cotidiano**, v.11, n.3, dezembro de 2017.

GAMBÔA JR., Eduardo Stelmann; DORNELLES, João Ricardo Wanderley. **Pânico na Guanabara: gestão do medo e poder punitivo**. Rio de Janeiro, 2016. 126p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Laércio Gomes. **O estigma do favelado: o caso do conjunto habitacional Mucajá, na cidade de Macapá-AP.** Recife, 2017. 184p. Dissertação de Mestrado – Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco.

SAPORI, Luís Flávio; SOARES, Gláucio Ary D. **Por que cresce a violência no Brasil?** Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2014.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico:** um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

APÊNDICE

EDIÇÃO JN (data)	06/05/2021
DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA	00:23:03 a 00:38:32 Tempo total da edição: 00:54:22
LEAD	Moradores viveram momentos de terror durante quase 9 horas na Zona Norte do Rio de Janeiro. Uma operação policial deixou 25 mortos
ESCALADA	Tiros, casas invadidas e feridos no metrô. O Rio de Janeiro vive quase 9 horas de terror. 25 pessoas morreram numa operação policial contra o tráfico de drogas, a mais violenta da história do estado. Segundo a polícia, 24 criminosos e um policial civil. Moradores dizem que houve abusos e execuções. O ministro da saúde Marcelo Queiroga é interrogado na CPI da COVID e irrita os senadores ao ser evasivo sobre o uso da cloroquina e a situação em que encontrou o ministério. O Instituto Butantan suspendeu a profissão da vacina por falta de insumos vindos da China. O STF derruba a extensão automática de patentes, inclusive as de medicamentos. A câmara aprova o projeto que torna permanente a linha de crédito para pequenas e grandes empresas. O MP do Rio de Janeiro denuncia o vereador Jairinho e Monique Medeiros pela morte do filho Henry.
REPRESENTAÇÃO DA MORTE	Moradores relatam que presenciaram as execuções e que a polícia estava encurralando os rapazes; Homicídios dentro de casa. Poças de sangue, corpos jogados nas ruas e nas casas; Pessoas mortas sem chances de defesa; 25 pessoas mortas, entre elas um policial civil.
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELO JORNAL	• Criminosos; Grupo de bandidos, Criminosos, Criminosos (referência aos moradores vitimados).
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELA POLÍCIA	• Criminosos; Bandido; Traficante; Homicida; Criminosos (referência aos moradores vitimados)
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS POR REPRESENTANTES POPULARES E APOIADORES	• Inaceitável. (referência à chacina)
FECHAMENTO DA MATÉRIA	A operação no Rio foi notícia no mundo todo. A imprensa internacional destacou que foi a operação mais letal da história do estado. As reportagens citaram críticas de especialistas e de ativistas dos direitos humanos e declarações de moradores.

EDIÇÃO JN (data)	07/05/2021
DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA	00:01:01 a 00:22:25 Tempo total da edição: 00:54:36
LEAD	Subiu para 28 o número de mortos na operação mais letal da história do estado do Rio de Janeiro ontem na favela do Jacarezinho. Moradores voltaram a acusar policiais de executar suspeitos
ESCALADA	Sobe para 28 o número de mortos na operação policial do Jacarezinho no Rio. A polícia diz que foi uma reação a criminosos mas até agora não informou o nome dos mortos. A ONU cobra uma investigação independente O Ministério da Saúde retira do site a indicação de cloroquina no tratamento precoce da com COVID. Nos Estados Unidos o excesso de vacina atrai turistas que querem se imunizar. O governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, é absorvido do processo de impeachment. O desmatamento na Amazônia bateu recorde no mês de abril.
REPRESENTAÇÃO DA MORTE	Homenagem ao policial; Mortes dentro das casas e na frente de moradores; 28 pessoas mortas; “a execução é no momento que o colega (policial) toma um tiro”; “policial faleceu em prol da sociedade”.
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELO JORNAL	• Bandidos (referência aos moradores vitimados).
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELA POLÍCIA	• Bandidos; Tudo bandido; Narcotráfico; Narcoguerrilha (referência aos moradores vitimados).
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS POR REPRESENTANTES POPULARES E APOIADORES	• Violadora (referência à ação da polícia); Meliante; Criminosos (referência à polícia); Chacina (referência à operação); Barbárie (referência à ação da polícia); Falido; Ineficiente (referência ao sistema de segurança pública carioca).
FECHAMENTO DA MATÉRIA	A gente precisa parar de pensar que a polícia tem um cheque em branco para matar quem quer que seja, mesmo que sejam pessoas que a polícia considere suspeita. No Brasil não existe pena de morte exceto em guerra declarada contra outro país. É necessário também a gente repensar como se lida com a política de drogas. A política de drogas que é baseado em operações que custam muito dinheiro e que tem como resultado a morte, especialmente jovens negros, de fato não tem ganho em segurança pública e deveria ser uma política séria feita pelo estado em um país democrático.

EDIÇÃO JN (data)	08/05/2021
DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA	00:01:08 a 00:06:12 Tempo total da edição: 00:39:38
LEAD	A polícia do Rio de Janeiro divulgou os nomes de 27 mortos no Jacarezinho, mais 48 horas depois da operação, mas não informou os crimes ou suspeitas atribuídas a cada um. 12 registros de ocorrência policial mostram que as mortes ocorreram em pelo menos dez pontos diferentes da comunidade.
ESCALADA	12 registros de ocorrência policial na operação no Jacarezinho mostraram que as mortes ocorreram em pelo menos dez pontos diferentes na favela. Dois dias depois da ação mais letal da história do Rio de Janeiro, a polícia divulgou lista de todos os mortos. Sem ficha criminal e sem informar os crimes ou suspeitas atribuídas a cada um. Sábado de filas em busca da vacina da COVID no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. A chuva no Rio Negro se aproxima da máxima histórica e provoca prejuízos em Manaus. Uma corrente de solidariedade garante o almoço de Dia das Mães em diversas comunidades brasileiras. As atletas que vão comemorar duplamente neste domingo. E os gols de sábado pelos campeonatos estaduais.
REPRESENTAÇÃO DA MORTE	Único com homenagens com nome e rosto divulgados foi o policial.
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELO JORNAL	
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELA POLÍCIA	• Bandidos (referência aos moradores vitimados).
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS POR REPRESENTANTES POPULARES E APOIADORES	• Chacina (referência à ação da polícia).
FECHAMENTO DA MATÉRIA	A lista com o nome dos mortos está no gl.com. Chamada para o Fantástico 28 mortos na favela do Rio: como evitar que operações policiais terminem de forma tão trágica

EDIÇÃO JN (data)	10/05/2021
DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA	00:30:00 a 00:35:34 Tempo total da edição: 00:50:48
LEAD	A polícia do Rio divulgou os antecedentes criminais dos 27 mortos na operação do Jacarezinho. 25 tinham passagem pela polícia. Os outros dois, um deles menor de idade, estavam envolvidos com tráfico de drogas segundo depoimentos dos familiares.
ESCALADA	A polícia do Rio divulgou os antecedentes criminais dos 27 mortos na operação do Jacarezinho. 25 tinham passagem pela polícia. Os outros dois, um deles menor de idade, estavam envolvidos com tráfico de drogas segundo depoimento das famílias à polícia. A polícia da Bahia prende sete suspeitos de envolvimento no assassinato de tio e sobrinho flagrados furtando carga do supermercado. No Paraná, Luiz Felipe Manvailer é condenado por matar a mulher Tatiane Spitzner. Um conflito entre índios ianomâmis e garimpeiros deixa feridos em Roraima. No quarto dia de confrontos em Jerusalém centenas de palestinos e policiais israelenses ficaram feridos. Os Estados Unidos aprovam o uso emergencial de vacina da Pfizer em adolescentes com mais de 12 anos de idade Documentos revelam que o Itamaraty se mobilizou na compra de cloroquina, apesar dos alertas sobre a ineficácia e os riscos do tratamento da COVID. O Instituto Butantan disse que pode suspender a entrega de doses da Corona Vac no fim de semana. falta matéria prima da China para fabricar a vacina.
REPRESENTAÇÃO DA MORTE	• Imagens de sangue na rua; Fala sobre as mortes e feridos.
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELO JORNAL	• Suspeitos (referência aos moradores vitimados).
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELA POLÍCIA	Criminosos (referência aos moradores vitimados)
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS POR REPRESENTANTES POPULARES E APOIADORES	• Injustificada (referência à ação da polícia).
FECHAMENTO DA MATÉRIA	O governador do Rio, Cláudio Castro, e o Ministério Público do Estado não quiseram gravar entrevista. A secretaria de Polícia Civil informou que há como fazer perícia no local sem corpos e que tudo será esclarecido nas investigações. A polícia civil também disse que seguem em busca dos 19 criminosos com prisão decretada pela justiça que não foram localizados na operação.

EDIÇÃO JN (data)	11/05/2021
DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA	00:23:01 a 00:26:25 Tempo total da edição: 00:51:50
LEAD	O Ministério Público do Rio de Janeiro criou uma força-tarefa para investigar a operação na favela do Jacarezinho.
ESCALADA	O diretor-presidente da Anvisa diverge do presidente Jair Bolsonaro na CPI da COVID. Antônio Barra Torres condena o uso de cloroquina na pandemia e defende o uso de máscaras e distanciamento social. O ministério da saúde diz que as gestantes não devem mais se vacinar com as astrazeneca. É uma precaução para evitar eventos muito raros. A Anvisa reitera que a vacina é segura para outros grupos. O Ministério Público do Rio montou uma força-tarefa para investigar a operação na favela do Jacarezinho. Aumenta violência entre israelenses e palestinos no quinto dia de confrontos. Estados Unidos, Europa e ONU pedem que os lados abaixo as armas. Na Rússia 9 pessoas morrem na invasão a tiros de uma escola. A câmara dos deputados discute 1 projeto de lei que flexibiliza licenciamento ambiental. Proposta que recebeu críticas de 9 ex-ministros do meio ambiente. O ator Paulo Gustavo é homenageado numa missa no Cristo Redentor.
REPRESENTAÇÃO DA MORTE	A polícia enfatiza que o primeiro ferido e morto foi o policial.
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELO JORNAL	• Criminosos (referência aos moradores vitimados).
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELA POLÍCIA	
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS POR REPRESENTANTES POPULARES E APOIADORES	
FECHAMENTO DA MATÉRIA	Nós não deixaremos que haja pré-julgamento a nenhum policial nosso, até porque nós temos que lembrar que o primeiro morto e os três primeiros feridos foram policiais. A investigação aqui será transparente, rigorosa mas será justa.

EDIÇÃO JN (data)	13/05/2021
DURAÇÃO DA REPORTAGEM ANALISADA	00:57:08 a 00:57:49 Tempo total da edição: 00:56:10
LEAD	Neste 13 de Maio quando a assinatura da Lei Áurea completa 133 anos, houve manifestações contra a desigualdade e o racismo em todo o país. No centro da cidade do Rio, um grupo pediu o fim do racismo, da fome e também da violência policial. O ato marcou uma semana da operação na favela do Jacarezinho.
ESCALADA	O relator da CPI da covid ameaça prender o ex-funcionário de comunicação do Palácio do Planalto. Fabio Wajgarten se esquia das perguntas dos senadores. Renan Calheiros Compara áudios de uma entrevista de Wajgarten com as declarações de hoje na comissão e o acusa de mentir. Fabio Wajgarten Admite que o governo deixou uma oferta da Pfizer dois meses sem resposta. O senador Flávio Bolsonaro do republicanos provoca tumulto ao xingar Renan Calheiros. o presidente da CPI, Omar Aziz, decide não prender Wajgarten e pede que o MPF apure se ele mentiu. 14 meses de academia e mais de 400 mil mortos, o Ministério da Saúde lança uma nova campanha sobre medidas de prevenção contra COVID. A câmara dos deputados aprova projeto que altera regras e pode restringir a atuação da oposição na casa. Com o orçamento bloqueado, a UFRJ ameaça fechar prédios e serviços. O diretor-geral da Pfizer na América Latina diz na CPI da COVID que o governo brasileiro ignorou ao menos cinco ofertas de vacina. Carlos Murillo revela que a primeira proposta foi em agosto do ano passado e que em uma das reuniões com a empresa estavam o secretário de comunicação, Fabio Wajgarten, o vereador Carlos Bolsonaro e o assessor especial da presidência Filipe Matias. A AGU aciona o STF para garantir que o ex-ministro Eduardo Pazuello permaneça em silêncio no depoimento do depoimento à comissão e fique imune a ameaças como prisão. A CPI aprova o convite para a médica Nise Yamaguchi. Os senadores querem saber se ela participou da reunião do governo para incluir na bula da cloroquina o tratamento para a COVID. Um barco nos Estados Unidos cidadãos completamente imunizados não precisam mais usar máscara em quase todos os lugares fechados abertos.
REPRESENTAÇÃO DA MORTE	
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELO JORNAL	
VOCÁBULOS / QUALIFICAÇÕES EMPREGADOS PELA POLÍCIA	

FECHAMENTO DA NOTÍCIA

No centro da cidade do Rio, um grupo pediu o fim do racismo, da violência policial e da fome. O ato marcou uma semana da operação na favela do Jacarezinho.

Em Salvador, manifestantes pediram o fim da violencia da policia contra negros.

Em São Paulo a manifestação foi na Avenida Paulista.

Em Belo Horizonte teve a distribuição de cestas básicas e Camélias, símbolo da luta abolicionista, outro ato pediu mais vacinas para a população.

.